



**Plano Estadual de**  
**EDUCAÇÃO**

**Meta 8**  
**Escolaridade Média da População**  
**de 18 a 29 anos**  
**2021**

## **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **Governador**

João Doria

### **Secretário da Educação**

Rossieli Soares da Silva

### **Secretária Executiva**

Renilda Peres de Lima

### **Chefe de Gabinete**

Henrique Cunha Pimentel Filho

## **Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE**

### **Presidente**

Nourival Pantano Junior

### **Chefe de Gabinete**

Ana Claudia Marino Bellotti

### **Diretor Administrativo e Financeiro – DAF**

Alexandre Artur Perroni

### **Diretor de Projetos Especiais – DPE**

Wilson Aparecido Troque

### **Diretora de Obras e Serviços – DOS**

Marcio Ribeiro Gaban

### **Diretor de Tecnologia da Informação – DTI**

Marcus Sergius da Silva Teixeira



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

# **Plano Estadual de Educação**

## **Meta 8 – Escolaridade Média da População de 18 a 29 anos**

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade dos Municípios do Estado, dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

São Paulo, 2021



# SUMÁRIO

Considerações Iniciais .....	7
Informações Complementares.....	8
As pesquisas amostrais do IBGE – Pnad anual e Contínua .....	8
População Jovem de 18 a 29 anos: Caracterização por condição de ocupação .....	10
Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos no Estado de São Paulo: indicadores .....	15
<u>Indicador 8A</u> : Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade .....	15
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residentes no campo .....	21
<u>Indicador 8B</u> : Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural .....	21
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres .....	33
<u>Indicador 8C</u> : Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita) .....	33
O peso da renda na <i>média de escolaridade</i> da população jovem .....	45
Principais conclusões do componente renda .....	46
Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros .....	47
<u>Indicador 8D</u> : Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos .....	47
Equalização da escolaridade média entre negros e não negros .....	64
Dados comparativos 2019/2012 - Variação de anos estudos da população branca .....	66

Principais Conclusões .....	75
Anexos .....	79
Anexo I – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo – 2004-2014 .....	81
Anexo II – A – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo – 2012-2019 .....	82
Anexo II – B – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo por condição de residência – 2012/2019 .....	83
Anexo II – C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo – residentes no campo – 2004-2014 .....	84
Anexo III – A – População de 18 a 29 anos: Escolaridade e Renda – Número médio de anos de estudos por estratos de rendimento – 2016-2019 .....	85
Anexo III – B – População de 18 a 29 anos: Escolaridade e Renda – Número médio de anos de estudos por estratos de rendimento – 2012/2019 .....	86
Anexo IV – Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos – 2012-2019 .....	88
Anexo V – A – População residente por cor ou raça – 2019.....	89
Anexo V – B – População residente de 18 a 29 anos por cor ou raça – 2019 .....	90

# META 8 – ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS

## Considerações Iniciais

A Meta 8 do *Plano Estadual da Educação – PEE*<sup>1</sup> tem por enfoque elevar a *escolaridade média* da população jovem da faixa etária de 18 a 29 anos de idade para ao menos *12 anos de estudo*, até o final da vigência do atual Plano (2026). O grande desafio neste processo será garantir que isso aconteça de forma equânime, promova a ascensão sem reproduzir desigualdades.

Há diferenças conceituais entre “*escolaridade média*” e “*escolarização*”. O primeiro é resultado do acúmulo de anos concluídos com êxito na educação básica e em etapas subsequentes, enquanto a *escolarização*\* mede a frequência à escola de determinado grupo de pessoas, notadamente daqueles em idade escolar.

Para determinar o *número de anos de estudo* de um indivíduo, a Pnad considera a última série ou ano completado com sucesso, menosprezando os insucessos (reprovações/repetência), ou seja, se um estudante demora 11 anos para concluir o ensino fundamental, para efeito do cálculo do número de anos de estudo, a *escolaridade* por ele adquirida corresponde ao *ensino fundamental completo*.

Cabe esclarecer ainda que a variável relativa aos anos de estudo sofreu ajustes com a implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), em 2012, de modo que o intervalo que antes abarcava de 0 a 15 anos de estudo, com as adaptações trazidas, passou a se distribuir de 0 a 16 anos.

Como essa alteração afetou o cálculo da média de anos de estudo, optou-se por apresentar, no presente relatório, os dados recalculados dessa variável na nova configuração Pnad Contínua para o período de 2012 a 2019. Os dados referentes ao

---

<sup>1</sup> PEE: Lei Estadual nº 16.279/2016.

\* A taxa de escolarização, também conhecida como taxa de frequência à escola, é um indicador que mede a frequência à escola e é produzida pelo IBGE. Essa taxa pode ser *bruta* ou *ajustada líquida*.

período 2004-2014, apresentados no relatório anterior e calculados com base na Pnad anual, continuam disponíveis no referido relatório e no Anexo I.

Essa Meta sintetiza o cumprimento de vários outros indicadores importantes no processo de escolarização da população, uma vez que é consequência de políticas públicas direcionadas aos grupos de idade que antecedem a faixa etária de 18 a 29 anos, objeto das Metas 1, 2 e 3 dos Planos Nacional (PNE) e Estadual (PEE) de Educação, o que implica em:

- Universalizar o acesso à educação infantil, em especial a pré-escola, etapa da educação formal em que se inicia o processo de escolarização obrigatória,
- Melhorar o fluxo escolar dos estudantes do ensino fundamental, reduzindo as taxas de reprovação/repetência, abandono/evasão escolar e distorção idade-série, aumentando consequentemente a taxa de conclusão,
- Universalizar o acesso ao ensino médio, reduzir as taxas de reprovação/repetência, abandono/evasão escolar e distorção idade-série, elevando a taxa de conclusão.

## **Informações Complementares**

### ***As pesquisas amostrais do IBGE – Pnad anual e Contínua***

No acompanhamento dessa meta, sempre que possível, foi priorizada a evolução ano a ano dos indicadores calculados a partir dos dados publicados pelo IBGE.

Antes de 2012, a Pnad anual foi a principal fonte de referência no cálculo do *número médio de anos de estudo* da população, não somente por causa da segurança e credibilidade da sua base de informação, como pela facilidade em compor o indicador, mantendo os parâmetros e a metodologia na captação dos dados e a data-base de referência da coleta, procedimentos que facilitavam o acompanhamento no tempo e a comparabilidade dos resultados ao longo dos anos (Anexo I: 2004 a 2014).

A Pnad anual captava as informações uma única vez no ano, tendo como referência a última semana do mês de setembro. Pesquisava, de forma permanente, as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação e, com periodicidade variável, *outros temas*, de acordo com as necessidades de informação para o País, tendo como unidade de investigação o domicílio.

Implementada em 2012, a Pnad Contínua tem por objetivo medir flutuações de curto prazo e acompanhar a evolução, de curto a longo prazo, da força de trabalho no país, entre outras informações para subsidiar estudos sobre o desenvolvimento econômico. De periodicidade trimestral e anual tem a intenção de padronizar as metodologias das pesquisas domiciliares produzidas pelo IBGE e produzir continuamente informações sobre mercado de trabalho, associadas a características demográficas e educacionais.

No período de 2012 a 2015, coexistiram os levantamentos destas duas pesquisas amostrais, registrando-se pequenas variações por causa das diferenças metodológicas entre elas, o que impede a comparabilidade.

A principal diferença entre a Pnad anual e a Pnad Contínua é de cunho metodológico. A Pnad anual se preocupava em visitar rotativamente os domicílios, enquanto a Pnad Contínua visita um mesmo domicílio cinco (5) vezes a cada trimestre, com a intenção de conseguir um acumulado de dados mais abrangente e volátil.

Esses indicadores mensais utilizam as informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa, existindo, entre um trimestre móvel e o seguinte, repetição das informações de dois meses. Assim, os indicadores da Pnad Contínua produzidos mensalmente não refletem a situação de cada mês, mas a situação do trimestre móvel que finaliza a cada mês.

Em 2016, a Pnad anual foi substituída em definitivo pela Pnad Contínua que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza outras informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional.

A Pnad anual captava as informações uma única vez no ano, e tinha como referência a última semana do mês de setembro, enquanto os dados de EDUCAÇÃO da Pnad Contínua são captados no 2º trimestre de cada ano, data próxima à coleta do censo

da educação básica. Subsistem diferenças inclusive em relação à população investigada e a prevalência do tema objeto de pesquisa: pessoas de 14 anos ou mais de idade na Pnad Contínua e de 10 anos ou mais de idade na Pnad tradicional.

## **População Jovem de 18 a 29 anos: Caracterização por condição de ocupação**

De acordo com as estimativas de população, em 2019, residiam no Estado de São Paulo um universo de 45.461 milhões de pessoas<sup>2</sup>, das quais 17,6% (8.063.908) eram jovens com idade entre 18 a 29 anos. Trata-se de um grupo diversificado por englobar indivíduos com diferentes perfis quanto ao nível de escolaridade: uma parcela é constituída de jovens com ensino superior concluído ou em curso; outra alcançou a educação básica completa (ensino médio) e não deu continuidade aos estudos; outra o nível médio incompleto, pois ainda não atingiu 12 anos de estudo, ou nem ao menos completou o ensino fundamental.

**Tabela 1: Estado de São Paulo  
População residente por grupos de idade  
2019**

Grupo de idade	nº	%
18 a 24	4.732.946	58,7
25 a 29	3.330.962	41,3
18 a 29	8.063.908	100,0

Fonte: IBGE – Pnad Contínua.

No conjunto da população de 18 a 29 anos, os mais jovens, faixa etária de 18 a 24 anos idade, têm maior representatividade: 58,7% – em números absolutos 4.732.946 pessoas. A população residente de 25 a 29 anos somava 3.330.962 pessoas, correspondendo a 41,3% (Tabela 1).

A decisão dessa população jovem entre estudar e trabalhar acontece de forma dinâmica no tempo, sendo importante a distinção em cada grupo de idade para melhor

---

<sup>2</sup> Fonte: IBGE – Pnad Contínua 2019, dados divulgados em junho de 2020.

identificar os períodos de cada uma das categorias por *condição de estudo e situação de ocupação* e sua relevância nessa fase de transição para a vida adulta.

A participação dos jovens de cada uma das categorias por grupo etário apresentada na Tabela 2 a seguir, evidencia que, na faixa etária de 18 a 24 anos, a categoria “*só estuda*” e “*estuda e trabalha*” respondem respectivamente por 17,6% e 19,1% e juntas agregam 36,7% do total, ou seja, um percentual próximo ao registrado na categoria “*só trabalha*” que alcançou 39,5%. O percentual dos que “*não estudam e nem trabalham*” tem apresentado uma tendência crescente e atingiu 23,7% em 2019.

A distribuição dessas categorias na faixa etária de 25 a 29 anos assinala a mudança de status evidenciada no processo de transição para a vida adulta. As categorias “*só estudam*” e “*estudam e trabalham*” perdem espaço: 4,2% e 12,5%, respectivamente, e juntas somaram 16,7%.

Como era presumível, a categoria “*só trabalha*” foi a predominante, somando 2.042.341 pessoas, o correspondente a 61,3% do total dos jovens de 25 a 29 anos, portanto um percentual 21,8 ponto percentual (pp) superior ao registrado na faixa de 18 a 24 anos.

**Tabela 2: Estado de São Paulo**  
**População de 18 a 29 anos por condição de estudo e situação de ocupação**  
**2019**

Condição de estudo e Situação de ocupação	18 a 24		25 a 29		18 a 29	
	nº	%	nº	%	nº	%
Só estuda	832.883	17,6	140.590	4,2	973.473	12,1
Estuda e trabalha	906.125	19,1	417.796	12,5	1.323.921	16,4
Só Trabalha	1.871.425	39,5	2.042.341	61,3	3.913.766	48,5
Não estuda nem trabalha*	1.122.513	23,7	730.235	21,9	1.852.748	23,0
<b>Total</b>	<b>4.732.946</b>	<b>100,0</b>	<b>3.330.962</b>	<b>100,0</b>	<b>8.063.908</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE – Pnad Contínua.

(\*) “nem, nem”

Além desses jovens que tanto podem estar só *estudando*, *estudando e trabalhando* ou *só trabalhando*, há um grupo que não se enquadra em nenhuma dessas categorias e que no contexto de políticas sociais formam o agrupamento identificado como jovens da geração “*nem-nem*” – *não estudam e não estão ocupados*, sendo que uma parte

deles podem estar em situações de risco e sujeitos a uma maior probabilidade de agravo quanto à vulnerabilidade social.

Em 2019 estimou-se que 23,7% dos jovens de 18 a 24 estavam nessa condição de *nem estudar–nem trabalhar*, representando em números absolutos 1.122.513 pessoas, sendo que a maior incidência é nessa faixa etária (60,6%), confirmando que esse problema afeta mais particularmente os mais jovens.

No grupo etário subsequente, a pesquisa indica um quantitativo de 730.235 adultos jovens, ou seja, 21,9 % da população total de 25 a 29 anos estimada em 3.330.962 pessoas e correspondendo a 39,4% do universo na população de 18 a 29 anos. No conjunto da população de 18 a 29 anos, os *“nem-nem”* representavam 23,0%, totalizando 1.852.748 jovens (Tabela 2).

O termo *“nem-nem”* é a variação da sigla Neet (Not in Education, Employment, or Training); surgiu na Inglaterra, nos anos 1990, durante as primeiras discussões sobre os jovens que não trabalhavam e nem estudavam.

Na pesquisa internacional *Millennials na América Latina e no Caribe: Trabalhar ou estudar?* – a pesquisadora Joana Costa do IPEA, responsável pelo capítulo brasileiro, demonstra que o termo *“nem-nem”* é controverso e deve ser evitado.

De acordo com a pesquisadora, a sigla inglesa utiliza termos técnicos e mais formais que (se traduzidos seriam algo como *“fora da educação, do emprego e da qualificação profissional”*), a expressão em português assume um tom pejorativo, passando a ideia de que esses jovens são ociosos e que estão nessa situação por vontade própria, generalizando a culpa sem analisar as dificuldades e os problemas por eles enfrentados para dar continuidade aos estudos ou conseguir um trabalho remunerado, desconsiderando os reflexos da desigualdade social.

Esclarece também que a condição *“nem-nem”* é mais frequente entre as mulheres (gravidez precoce, filhos pequenos, casamento, obrigação de cuidar de familiares entre outros), pois afazeres domésticos, filhos e cuidados de pessoas são citados em diferentes pesquisas como barreiras para a continuidade dos estudos ou arrumar um trabalho remunerado.

Sem dúvida essa maior incidência de casos da categoria *"nem-nem"* é reflexo da desigualdade social e de oportunidades econômicas. As jovens mais favorecidas, com maior nível de renda e educacional, priorizam os estudos, a carreira e optam por postergar a maternidade. Faz tempo que o tema *"nem-nem"* é objeto de atenção nos estudos sociodemográficos e há relativo consenso sobre causas explicativas desse problema da juventude.

A literatura com frequência aponta evidências de que existe forte correlação com a baixa escolaridade dos pais, baixa renda e cor/raça. Enfatiza que o contexto familiar e as desigualdades de gênero, de renda e de escolaridade muitas vezes cerceiam as oportunidades e selam o "destino". É consenso a importância do papel da família no desenvolvimento dos filhos e ainda ressaltam a existência de uma transmissão intergeracional de oportunidades.

A essência deste problema está no dilema entre trabalhar e continuar a educação formal em escolas e a falta de estímulo, tendo em vista o custo de oportunidade dos estudos, principalmente das famílias menos favorecidas, seja muito alto. A menor escolaridade dos pais é outro fator que concorre para perpetuar as dificuldades e uma "aceitação" da informalidade no emprego pelos jovens, assim como uma permanência maior das jovens em casa.

Ao que tudo indica, na categoria *"nem-nem"* é maior a participação relativa de indivíduos com baixa escolaridade, independentemente do gênero. A correlação dessa categoria com a baixa escolaridade é um ponto comum de preocupação nos estudos há décadas, e diferentes pesquisas evidenciam a influência da baixa renda, da discriminação seletiva (cor e raça) e em especial a escolaridade do chefe do domicílio.

Um ponto comum e de convergência nos estudos sobre esse tema é a importância da família nas escolhas efetuadas, sendo que a menor escolaridade dos pais é apontada como causa da prevalência de dificuldades e contribui para perpetuar o desestímulo e aceitar a informalidade no emprego como natural, bem como a permanência maior das jovens em casa.

As pesquisas indicam que uma parcela dos jovens *"nem-nem"* têm escolaridade incompleta devido às dificuldades de ajustar-se no ambiente escolar e no trabalho, o

que contribui para o abandono escolar prematuro e a elevada rotatividade no mercado de trabalho. Mas, outra parte desses jovens “*nem-nem*” incluem-se nos grupos de 5 a 10 e de 11 ou 12 anos de estudo e até mesmo 14 anos de escolaridade.

Dados da Pnad demonstraram que entre os jovens de 18 a 24 anos as taxas de desemprego são ascendentes. No País ficaram em torno de 29,8% ao fim de 2020, ou seja, houve alta de 6 pontos percentuais em relação a 2019, portanto a maior taxa anual de uma série histórica iniciada em 2012.

A princípio vale observar que é maior a frequência de atividades no trabalho informal no grupo etário mais jovem – 18 a 24 anos, sendo que a informalidade inclui as pessoas sem vínculo empregatício, os trabalhadores por conta própria (empregadores e trabalhadores) sem registro, os trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os familiares auxiliares/sem pagamento.

Tampouco a condição “*não estuda*” não pode ser traduzida literalmente como indivíduo com menor escolaridade. Principalmente nessa conjuntura de crise econômica acentuada, não é improvável que uma parte desses jovens tenham completado a educação básica ou acesso ao ensino superior e, por força da crise, possam estar sem estudar e desempregados, “ampliando” o número de “*nem-nem*”.

A informalidade estabelece uma relação perversa, pois prejudica não somente o trabalhador informal pela ausência de salário e benefícios de proteção social, como abala a produtividade da economia, gerando distorções que afetam a população em geral e especialmente, os estratos de menor renda, mulheres, afrodescendentes – racismo estrutural e os menos escolarizados.

## Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos no Estado de São Paulo: indicadores

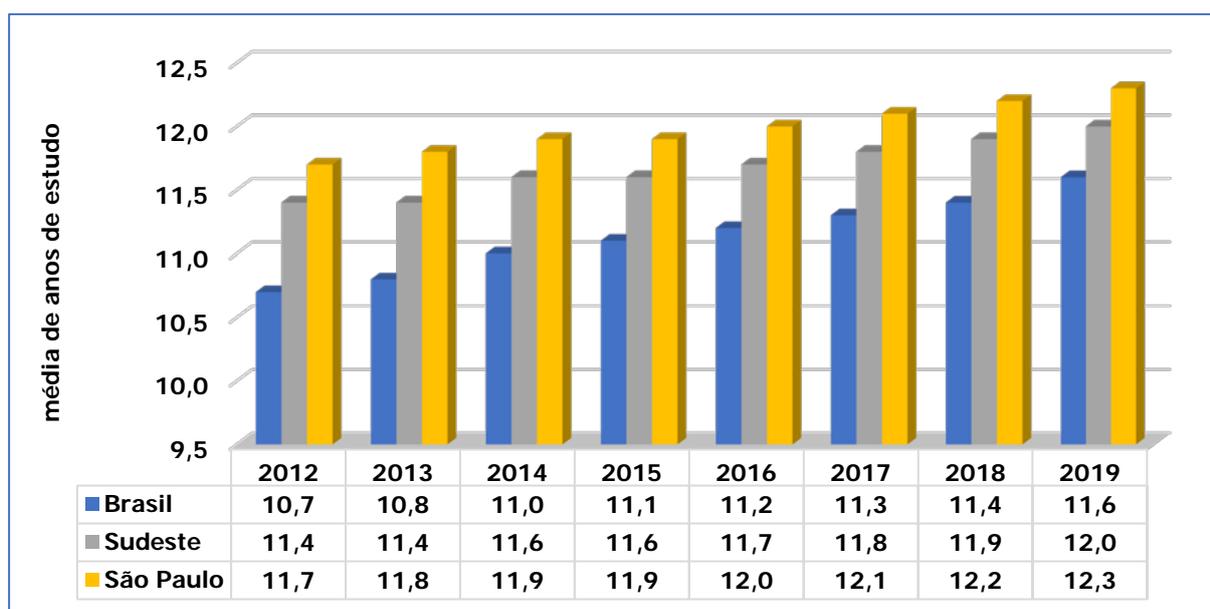
***Indicador 8A:** Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.*

***Meta:** Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo no último ano de vigência do Plano.*

No Estado de São Paulo, em 2019, o *número médio de anos de estudo* na população jovem de 18 a 29 anos é o mais elevado entre as unidades da federação – 12,3 anos, ultrapassado somente pelo Distrito Federal que alcançou 12,6 anos, compreensível pela condição e particularidade de incluir a capital do país e naturalmente atrair segmentos da população mais escolarizada.

Em 2016, a escolaridade média no Estado de São Paulo tinha alcançado 12,0 anos de estudo, o que corresponde ao ensino médio completo. Na ocasião as médias registradas no Brasil e na região Sudeste eram 11,2 anos e 11,7 anos, respectivamente.

**Gráfico 1: Brasil, região Sudeste e Estado de São Paulo**  
**Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos**  
**2012-2019**



Fonte: Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE 2020.

Em nível de Brasil, o Indicador 8A apresentou uma tendência moderada de crescimento, sendo que a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade evoluiu de 10,7 anos, em 2012, para uma média de 11,6 anos em 2019, posicionando-se ainda abaixo da meta de 12 anos de estudo.

No que se refere às regiões de menor escolaridade, entre 2012 e 2019, o Norte e o Nordeste apresentaram uma variação positiva de 1,1 ano e de 1,0 ano respectivamente, estando, em 2019, ainda 1,1 anos de estudo abaixo da meta de 12 anos para 2024 (Tabela 3).

O *Indicador 8A* empregado para o monitoramento do Plano Nacional de Educação, corresponde à média agregada do número de anos de estudo da população de 18 a 29 anos. Para fins de apreensão das desigualdades regionais de uma forma mais refinada, optou-se pela disseminação da informação desagregada por unidade da federação como recurso para uma análise mais apurada e que contemple as diferenças.

**Tabela 3: Brasil, Regiões e Unidades da Federação**  
**Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos**  
**2012-2019**

(ordem decrescente da média de 2019)

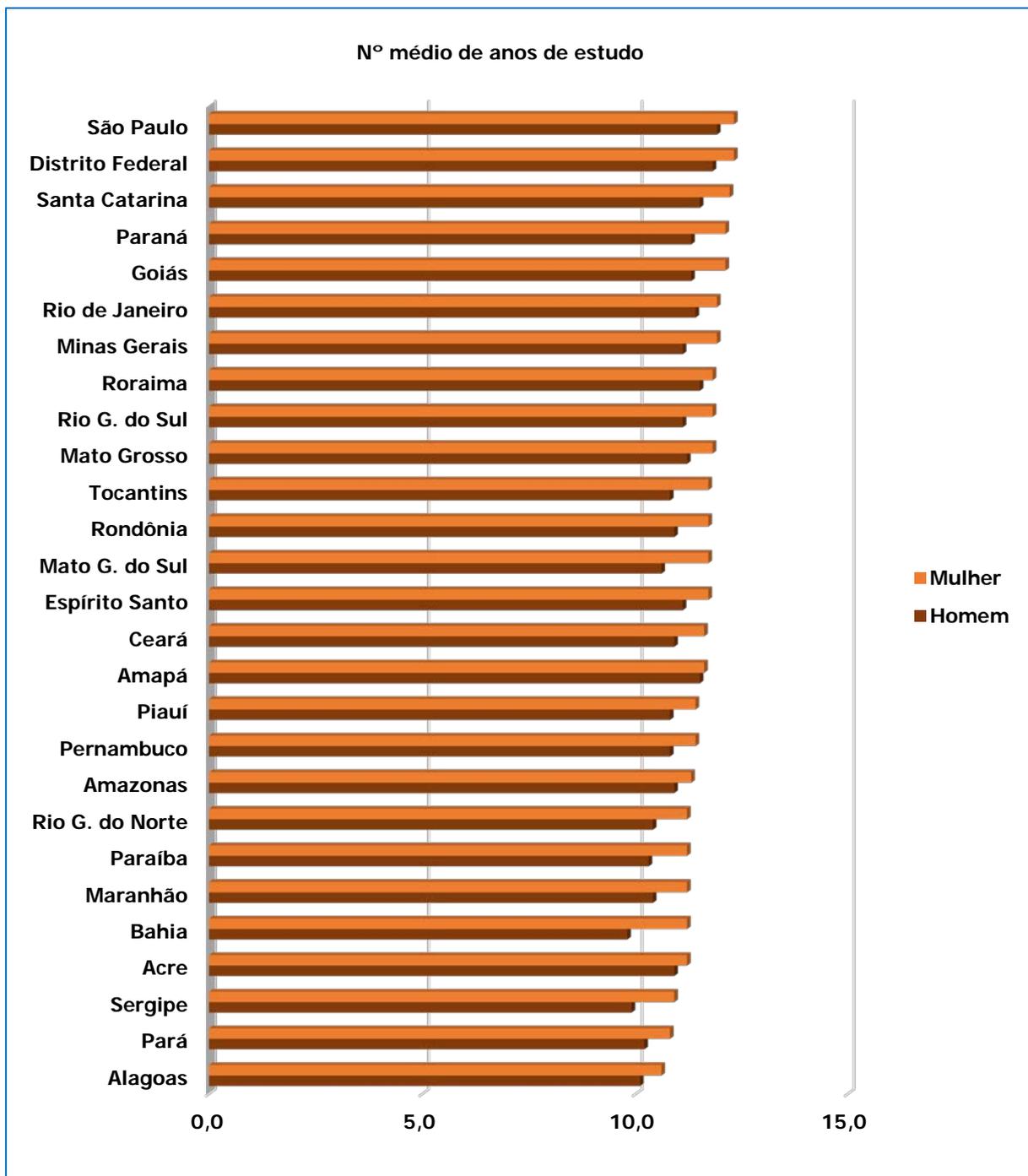
Abrangência	Anos								Variação 2019/2012
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Brasil	10,7	10,8	11,0	11,1	11,2	11,3	11,4	11,6	0,9
Sudeste	11,4	11,4	11,6	11,6	11,7	11,8	11,9	12,0	0,6
Centro-Oeste	11,0	11,2	11,2	11,3	11,4	11,6	11,8	11,9	0,9
Sul	11,2	11,3	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7	11,8	0,6
Norte	9,9	10,0	10,1	10,3	10,4	10,7	10,8	10,9	1,0
Nordeste	9,8	9,9	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7	10,9	1,1
Distrito Federal	11,8	12,0	11,9	12,0	11,9	12,3	12,6	12,6	0,8
São Paulo	11,7	11,8	11,9	11,9	12,0	12,1	12,2	12,3	0,6
Santa Catarina	11,4	11,5	11,4	11,7	11,6	11,9	12,0	12,0	0,6
Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,3	11,5	11,4	11,5	11,8	11,9	0,7
Goiás	11,0	11,0	11,2	11,4	11,4	11,6	11,8	11,8	0,8
Paraná	11,2	11,3	11,4	11,4	11,4	11,5	11,7	11,8	0,6
Roraima	11,3	11,3	11,3	11,4	11,0	11,5	11,6	11,7	0,4
Rio Grande do Sul	11,0	11,2	11,3	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7	0,7
Mato Grosso	10,7	11,0	11,0	11,2	11,2	11,3	11,5	11,7	1,0
Espírito Santo	10,9	10,9	11,1	11,2	11,4	11,6	11,6	11,6	0,7
Minas Gerais	10,8	10,9	11,1	11,2	11,2	11,4	11,5	11,6	0,8
Amapá	10,7	10,7	10,9	10,8	11,1	11,2	11,3	11,5	0,8
Tocantins	10,4	10,5	10,7	11,0	10,8	11,3	11,4	11,4	1,0
Mato Grosso do Sul	10,4	10,7	10,7	10,6	11,0	11,3	11,3	11,3	0,9
Rondônia	10,2	10,3	10,3	10,5	10,4	10,8	11,0	11,3	1,1
Ceará	10,2	10,2	10,4	10,4	10,6	10,8	11,1	11,2	1,0
Amazonas	10,2	10,3	10,3	10,6	10,5	10,8	10,9	11,2	1,0
Pernambuco	9,9	10,0	10,2	10,4	10,5	10,7	11,0	11,1	1,2
Acre	9,9	10,0	10,1	10,2	10,6	10,8	10,9	11,1	1,2
Piauí	9,9	10,1	10,2	10,3	10,5	10,7	10,9	11,1	1,2
Rio Grande do Norte	9,8	9,9	10,1	10,4	10,8	10,9	10,9	11,0	1,2
Maranhão	9,5	9,8	10,0	10,1	10,2	10,5	10,6	10,8	1,3
Paraíba	9,7	9,6	10,0	10,2	10,4	10,6	10,6	10,8	1,1
Bahia	9,8	9,9	10,0	10,4	10,4	10,3	10,4	10,7	0,9
Pará	9,4	9,7	9,8	10,0	10,2	10,3	10,5	10,5	1,1
Sergipe	9,8	10,0	10,1	10,4	10,2	10,6	10,3	10,5	0,7
Alagoas	9,2	9,2	9,4	9,7	9,7	10,0	10,4	10,4	1,2

Fonte: Inep – Relatório do 3º ciclo de Monitoramento do PNE 2020.  
 Elaborada pela Dired/Inep com dados da Pnad-c IBGE 2012-2019.

*O número médio de anos de estudo* – dado agregado, pode e deve ser decomposto e associado à outras variáveis, estendendo as possibilidades de reflexão acerca da escolaridade média da população jovem. Por exemplo, em 2019, quando esse indicador foi desagregado por sexo, verificou-se que a escolaridade da mulher é mais

elevada que a dos homens (Gráfico 2). Além disso, essa vantagem das mulheres no quesito anos de estudo foi um elo comum presente em todas as unidades da Federação.

**Gráfico 2: Unidades da Federação**  
**Escolaridade média da população de 18 a 29 anos por sexo**  
**2019**



Fonte: IBGE – Pnad Continua.

Além das diferenças observadas no indicador de escolaridade média, estabelecidas a partir do componente sexo, outra variável que assume um papel relevante nas diferenças e até de determinismo estrutural é a cor da pele – *cor ou raça*, delimitando as oportunidades de afrodescendentes.

A razão e proporção é o enfoque específico da meta – indicador 8D e será tratada oportunamente na última fase deste relatório com o detalhamento de algumas informações que mostram objetivamente gargalos para suplantar as dificuldades decorrentes de um racismo estrutural.

Pela simples comparação da *média de anos de estudo* entre 2012 e 2019, considerando a *cor/raça*, constatam-se diferenças significativas (Tabela 4).

No Brasil, a *média de anos de estudo* dos jovens que se autodeclararam de cor branca evoluiu de 10,6 anos em 2012 para 12,3 anos em 2019, correspondendo a uma variação de 1,7 anos.

Entre os jovens afrodescendentes os diferenciais das médias nesse mesmo período foram um pouco mais expressivos: 2,0 anos entre os pardos e 2,1 anos entre os pretos, demarcando uma possível melhoria desse indicador, provavelmente em razão da necessidade de reduzir distâncias para o cumprimento da meta.

No Estado de São Paulo, como previsível, esse indicador registra média superior entre os jovens de cor branca: 11,1 em 2012 e 12,8 anos em 2019, o correspondente a uma variação positiva de 1,7 anos de estudo.

Constatou-se que nesse mesmo período o maior avanço – 1,9 anos aconteceu entre os jovens pretos: 9,8 anos de estudo em 2012 para 11,7 anos em 2019, igualando-se ao indicador registrado entre os autodeclarados pardos, ambos com 1,1 ano de estudo a menos que os jovens brancos (Tabela 4).

**Tabela 4: Brasil, Regiões e Unidades da Federação**  
**Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos por cor ou raça**  
**2012/2019**

Abrangência	Cor ou Raça					
	2012			2019		
	Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos
Brasil	10,6	9,0	9,0	12,3	11,0	11,1
Norte	9,7	8,7	8,5	11,9	10,8	10,6
Nordeste	9,7	8,6	8,5	11,6	10,7	10,9
Sudeste	11,0	8,7	9,3	12,7	11,4	11,3
Sul	10,4	8,9	8,9	12,2	10,9	10,9
Centro-Oeste	10,8	9,6	9,1	12,5	11,4	11,7
Acre	9,8	8,7	9,0	12,1	10,9	11,0
Alagoas	9,3	8,0	7,2	11,0	10,2	9,8
Amapá	10,6	9,6	9,6	12,5	11,3	11,4
Amazonas	10,3	8,9	8,6	12,4	11,0	11,0
Bahia	9,3	8,6	8,9	11,4	10,4	10,9
Ceará	9,9	9,0	7,9	11,7	11,1	10,8
Distrito Federal	11,6	10,3	9,9	13,1	12,3	12,0
Espírito Santo	10,6	9,5	9,1	12,4	11,3	11,2
Goiás	10,8	9,7	8,9	12,4	11,4	11,8
Maranhão	9,3	8,4	7,7	11,6	10,6	10,8
Mato Grosso	10,6	9,5	8,9	12,7	11,3	11,4
Mato Grosso do Sul	10,2	8,8	9,1	12,1	10,8	10,9
Minas Gerais	10,6	9,2	9,0	12,2	11,3	11,1
Pará	9,1	8,3	8,0	11,4	10,3	10,2
Paraíba	9,6	8,4	8,5	11,4	10,4	10,8
Paraná	10,7	9,1	9,2	12,3	11,1	11,2
Pernambuco	10,0	8,6	7,9	11,8	10,8	11,2
Piauí	9,7	8,7	8,6	11,9	10,9	11,1
Rio de Janeiro	11,0	9,7	9,1	12,5	11,6	11,1
Rio Grande do Norte	9,5	8,5	8,6	11,7	10,6	10,7
Rio Grande do Sul	10,2	8,6	8,9	12,0	10,7	10,7
Rondônia	9,6	9,0	8,8	11,7	11,2	10,6
Roraima	11,3	10,2	10,2	12,7	11,7	11,2
Santa Catarina	10,7	8,7	8,7	12,4	10,8	10,7
São Paulo	11,1	10,0	9,8	12,8	11,7	11,7
Sergipe	9,8	8,6	8,7	10,9	10,3	10,2
Tocantins	10,2	9,2	9,0	12,0	11,3	10,8

Fonte: IBGE – Pnad Contínua (dados elaborados pelo Todos pela Educação).

## **Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residentes no campo**

***Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.***

***Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo no último ano de vigência do Plano.***

Na educação brasileira, problemas crônicos relacionados ao passado recente – a intitulada dívida social – subsistem no tempo, em razão de desigualdades quanto às condições e oportunidades de acesso à escola. Além disso, adversidades cotidianas do meio social comprometem o percurso e a trajetória regular da escolarização obrigatória.

O resultado desse processo é o déficit educacional de uma parcela da população jovem – faixa etária de 18 a 29 anos que se afastou prematuramente da escola por diferentes motivos, sem ter completado o ensino médio e, portanto, sem concluir a educação básica.

Um dos propósitos da Meta 8 é canalizar esforços no sentido de romper com essa dívida, mitigando as desigualdades que historicamente alijaram do direito à educação as populações do campo e de regiões menos desenvolvidas. O enfoque dessa Meta são os grupos sociais menos assistidos e mais vulneráveis: cor ou raça (*negros*) e baixa renda (*25% mais pobres*).

Os contrastes entre o *meio rural* e o *urbano* não ocorrem apenas em relação aos indicadores educacionais. As contradições estão presentes em outras medidas e em diversos índices e indicadores, revelando diferenças importantes entre o Brasil urbano e o Brasil rural, principalmente, quando os indicadores da escolaridade média são analisados desagregados por unidade da federação, as disparidades/desigualdades regionais ficam mais evidentes.

O monitoramento dos indicadores da Meta 8 indicou um ritmo lento de crescimento no período analisado, pressupondo um cenário pouco otimista em relação ao atingimento da meta.

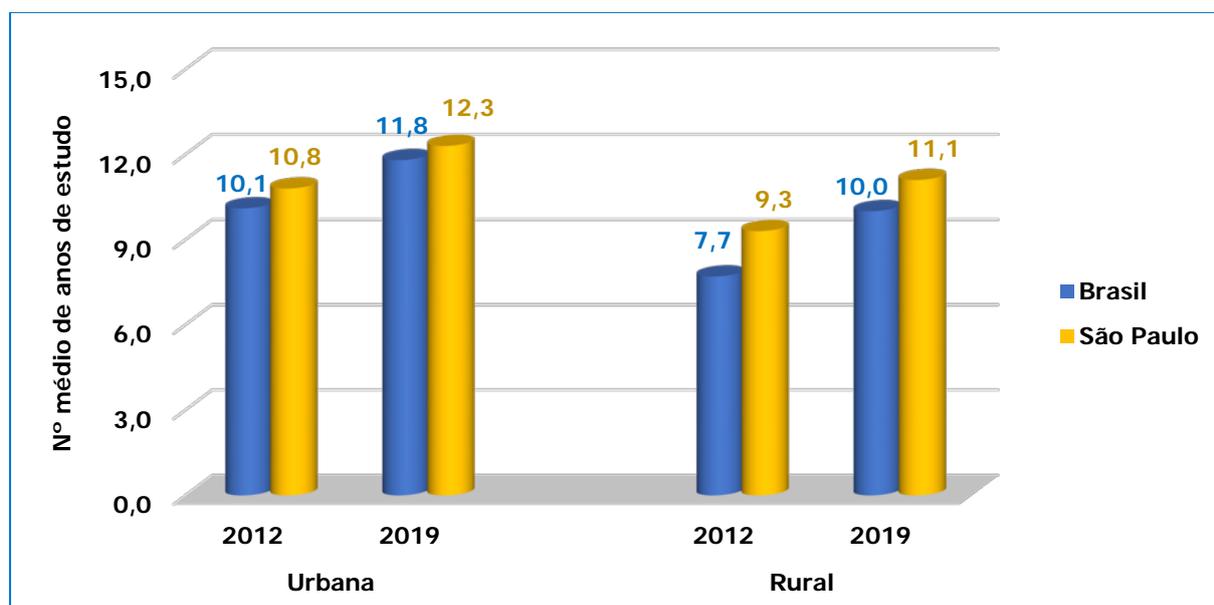
Caso seja confirmada essa tendência, é provável que o Brasil prossiga com um estoque da dívida educacional e não tenha êxito para alcançar a escolaridade média de 12 anos de estudo entre a população jovem de 18 a 29 anos até 2024, que é o prazo previsto no atual PNE – 2024.

No Brasil, em 2012, a *média de anos de estudo* era de 10,7 anos, sendo que em 2019, a escolaridade média agregada chegou a 11,6 anos. Contudo, quando desmembrada por localidade, persistem ainda em 2019, diferenças significativas: no *meio urbano* essa média alcançou 11,8 anos e no *meio rural* foi de 10,0 anos.

Quando se compara o resultado do meio rural – escolaridade de 10,0 anos em 2019 com a média de 7,7 anos de estudo em 2012, fica evidente o progresso: uma variação positiva de 2,3 anos no período de oito anos. Porém essa média de 10,0 anos de estudo registrada em 2019 para o campo ainda é inferior à média de 10,1 anos observada no meio urbano em 2012.

Complementarmente, a comparação com os valores obtidos para a população de 18 a 29 anos residente na área urbana – 11,8 anos em 2019, indica a permanência de um hiato entre os dois grupos no que se refere à escolaridade média (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Brasil e Estado de São Paulo**  
**População de 18 a 29 anos: Número médio de anos de estudo por condição de residência**  
**2012/2019**



Fonte: IBGE – Pnad Continua / Todos pela Educação: Anuário Brasileiro de Educação 2020.

As perspectivas para o Estado de São Paulo são positivas em relação ao cumprimento da Meta. Primeiro porque alcançou antecipadamente a média agregada em 2016 – os 12,0 anos previstos e, desde então, lentamente evoluiu até alcançar 12,3 anos em 2019, uma variação de 0,6 ano em relação aos 11,7 anos estimados em 2012.

Assim como observado nas médias do País, a média desagregada por localização no Estado de São Paulo apontou diferenças importantes. Em 2012, a escolaridade média no meio urbano foi de 10,8 anos de estudo e no rural 9,3 anos. Passados oito anos, em 2019, o meio urbano alcançou 12,3 anos e o rural 11,1 anos. O comparativo das médias do período indicou uma variação maior no meio rural: 1,8 anos e de 1,5 anos no meio urbano.

Os dados relativos à média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos para os estados brasileiros apontaram variações significativas entre as unidades da federação, tanto na média agregada como nas médias desagregadas, que consideram a localização – meio rural e/ou urbano.

É inequívoco que a desagregação por estados dos dados referentes à *média de anos de estudo*, distinguindo-se os valores por área – *urbana* e *rural*, tenham apontado que a escolaridade média é superior no meio urbano.

Além da dicotomia entre *rural* e *urbano*, ressalta-se que a proposição do *Indicador 8B*, ao tratar da escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos residentes no meio rural, obedeceu ao mesmo parâmetro dos *12 anos de estudo*, o que explica o tamanho do desafio proposto pela Meta, estendendo a necessidade de concentrar ações específicas para mitigar as desigualdades.

Para melhor distinguir as duas realidades – *urbano* e o *campo* - optou-se por estabelecer um comparativo entre as médias de anos de estudo em dois momentos distintos: 2012 e 2019, que é a última informação, facilitando a comparabilidade no tempo (Anexo II – B).

Com base nestas informações organizou-se uma classificação em ordem decrescente do valor referente à *média de anos de estudo do meio rural* em 2019. Por causa das acentuadas diferenças entre as unidades da federação, foi conveniente detalhar por

agrupamentos diferenciados e parametrizados em consonância com os resultados do indicador em 2019.

No *meio rural*, nenhuma unidade da federação conseguiu atingir a Meta antecipadamente. Os quatro estados melhor posicionados foram: Distrito Federal e Santa Catarina com 11,6 anos, São Paulo com 11,1 anos e Rio Grande do Sul com 11,0 anos de estudo. Considerando a tendência observada, como no caso de São Paulo, não é impossível que algumas destas unidades da federação consigam atingir a Meta nos próximos anos (Tabela 5), dado o prazo fixado pelo PNE.

**Tabela 5: Unidades da Federação  
Número médio de anos de estudo por condição de residência  
2012/2019**

Unidade da Federação	2012		2019		Rural	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	variação: 2019/2012	distância meta
Distrito Federal	10,9	9,5	12,7	11,6	2,1	0,4
Santa Catarina	10,6	9,2	12,1	11,6	2,4	0,4
São Paulo	10,8	9,3	12,3	11,1	1,8	0,9
Rio Grande do Sul	10,1	9,1	11,8	11,0	1,9	1,0

Fonte: IBGE – Pnad Continua. Elaboração: Todos pela Educação.

Um segundo grupo formado por nove estados alcançou, em 2019, uma escolaridade média classificada no intervalo entre 10,9 anos (maior valor) e 10,1 anos de estudo, cabendo mencionar o Paraná, primeiro (1º) classificado nesta listagem, que registrou, em 2019, uma escolaridade média no campo de 10,9 anos, complementando a posição de destaque da região Sul, por tradição da vocação agrícola.

Integram essa mesma classificação dois estados da região Centro Oeste: Mato Grosso, com 10,8 anos de estudo, e Goiás com 10,4 anos, sendo que ambos apresentaram melhoria na escolaridade média dos jovens residentes no *meio rural*, respectivamente, 2,7 anos e 2,1 anos, quando se comparou os resultados de 2019 em relação ao ano de 2012.

O único estado da região Nordeste classificado nesta segunda listagem é o Ceará, que evoluiu de 7,7 anos em 2012 para 10,3 em 2019, um progresso de 2,6 anos no período.

Três estados da região Sudeste estão classificados neste segundo agrupamento: Espírito Santo com uma média de 10,6 anos de estudo, Minas Gerais com 10,3 anos e Rio de Janeiro com 10,2 anos, sendo classificados de acordo com a média da escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos residentes no campo em 2019.

O comparativo 2019/2012 indicou que as maiores variações aconteceram no Mato Grosso (2,7 anos), Espírito Santo e Ceará (2,6 anos) e em Minas Gerais (2,5 anos), enquanto o Rio de Janeiro apresentou um resultado mais moderado: 1,5 anos.

Dois estados da região Norte finalizam esse agrupamento: Rondônia e Roraima. O maior progresso ocorreu em Rondônia que evoluiu de 7,8 anos em 2012 para 10,2 anos, uma variação de 2,4 anos. Em Roraima o avanço foi mais modesto: passou de 9,0 anos para 10,1 anos de estudo, uma variação de 1,1 ano.

Para alcançar a meta de 12 anos de estudos no *campo*, os estados classificados neste segundo grupo necessitam ampliar a escolaridade média até o prazo final do PNE, em: Paraná em 1,1 ano, Mato Grosso em 1,2 ano, Espírito Santo em 1,4 ano, Goiás em 1,6 ano, Ceará e Minas Gerais em 1,7 ano, Rio de Janeiro e Rondônia em 1,8 ano e Roraima em 1,9 ano (Tabela 6).

**Tabela 6: Unidades da Federação  
Número médio de anos de estudo por condição de residência  
2012/2019**

Unidade da Federação	2012		2019		Rural	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	variação: 2019/2012	distância meta
Paraná	10,4	8,9	12,0	10,9	2,0	1,1
Mato Grosso	9,9	8,1	11,9	10,8	2,7	1,2
Espírito Santo	10,3	8,0	11,8	10,6	2,6	1,4
Goiás	10,1	8,3	11,9	10,4	2,1	1,6
Ceará	9,6	7,7	11,4	10,3	2,6	1,7
Minas Gerais	10,1	7,8	11,8	10,3	2,5	1,7
Rio de Janeiro	10,2	8,7	12,0	10,2	1,5	1,8
Rondônia	9,6	7,8	11,6	10,2	2,4	1,8
Roraima	10,4	9,0	12,0	10,1	1,1	1,9

Fonte: IBGE – Pnad Continua. Elaboração: Todos pela Educação.

Se consideramos a variação em anos de estudo da *escolaridade média* no período analisado (2012 e 2019), é factível que sejam alcançados os 12 anos de estudos

previstos até o final da vigência do Plano, tendo em vista que o crescimento observado no período foi, na maioria dos estados, superior ao estimado como necessário para o atingimento da Meta, com duas exceções: Rio de Janeiro e Roraima.

O Rio de Janeiro alcançou, em 2019, uma média de 10,2 anos de estudo, apresentando, em relação a 2012, uma variação modesta: 1,5 ano, por isso precisa estender em 1,8 anos a escolaridade média dos jovens residentes no campo. Para atingir a meta de 12 anos de estudo, Roraima terá que expandir em 1,9 anos a *escolaridade média*, um desafio maior, visto que ampliou em 1,1 ano essa média no período analisado.

Essas diferenças foram ainda mais relevantes quando se desagregou a informação para os 14 estados que tiveram, no meio rural, *escolaridade média* inferior a 10,0 anos de estudo em 2019.

A propósito, essa é a situação observada em oito dos nove estados do Nordeste, apenas o Ceará alcançou 10,3 anos de estudo em 2019 e foi classificado no grupo precedente. Também é recorrente na região Norte, presente em cinco dos sete estados: as exceções foram Rondônia e Roraima, respectivamente, 10,2 e 10,1 anos de estudo no meio rural em 2019.

Nesse grupo, escolaridade média inferior a 10 anos de estudo, os estados melhor classificados foram Maranhão e Tocantins com 9,8 anos, portanto precisando ampliar essa média em 2,2 anos para atingir a Meta.

No comparativo 2019 em relação a 2012 o esforço do Maranhão foi mais expressivo: ampliou 2,8 anos, evoluindo de 7,0 para 9,8 anos e no Tocantins esse diferencial foi de 2,1 anos.

Amapá, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte alcançaram, em 2019, uma *escolaridade média* de 9,6 anos de estudo, precisando avançar 2,4 anos para o atingimento da Meta. Comparando-se as médias observadas em 2012 e 2019 e considerando o valor em *anos de estudo* da variação no período, é provável que a maior parte dos estados deste agrupamento tenham dificuldades para o cumprimento da Meta para esse indicador.

Bahia e Mato Grosso do Sul, empatados com 9,5 anos de estudo em 2019, precisam estender em 2,5 anos a escolaridade dos jovens do meio rural nos próximos anos. O desafio será ainda maior para Pernambuco, que precisa ampliar 2,7 anos para chegar aos 12 anos previstos.

Alagoas, Pará e Sergipe registraram, em 2019, uma *escolaridade média* de 9,1 anos e, conseqüentemente, necessitam estender em mais 2,9 anos essa média nos próximos anos.

A situação mais preocupante foi detectada no Acre e Amazonas, os dois estados atingiram exatamente 9,0 anos em 2019, portanto necessitam ampliar essa média em 3,0 anos de estudo para atingir a Meta. Cabe acrescentar que em todos os estados da federação, a *escolaridade média* do meio urbano foi sempre superior à média do meio rural.

Assim sendo, ainda que a média de anos de estudo agregada e a média de anos de estudo da área urbana atinjam e até superem os 12 anos de estudos no PNE, é muito provável que para o meio rural – Indicador 8B, poucos estados tenham sucesso.

**Tabela 7: Unidades da Federação**  
**Número médio de anos de estudo por condição de residência**  
**2012/2019**

Unidade da Federação	2012		2019		Rural	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	variação: 2019/2012	distância meta
Maranhão	9,1	7,0	11,2	9,8	2,8	2,2
Tocantins	9,7	7,7	11,7	9,8	2,1	2,2
Amapá	9,9	7,8	11,8	9,6	1,8	2,4
Paraíba	9,2	6,9	11,1	9,6	2,7	2,4
Piauí	9,7	6,9	11,8	9,6	2,7	2,4
Rio Grande do Norte	9,1	7,7	11,4	9,6	1,9	2,4
Bahia	9,3	7,2	11,1	9,5	2,3	2,5
Mato Grosso do Sul	9,6	8,0	11,4	9,5	1,5	2,5
Pernambuco	9,3	7,0	11,6	9,3	2,3	2,7
Alagoas	8,8	6,6	10,8	9,1	2,5	2,9
Pará	9,0	6,8	11,0	9,1	2,3	2,9
Sergipe	9,5	6,8	10,9	9,1	2,3	2,9
Acre	9,6	6,7	11,8	9,0	2,3	3,0
Amazonas	9,7	6,2	11,6	9,0	2,8	3,0

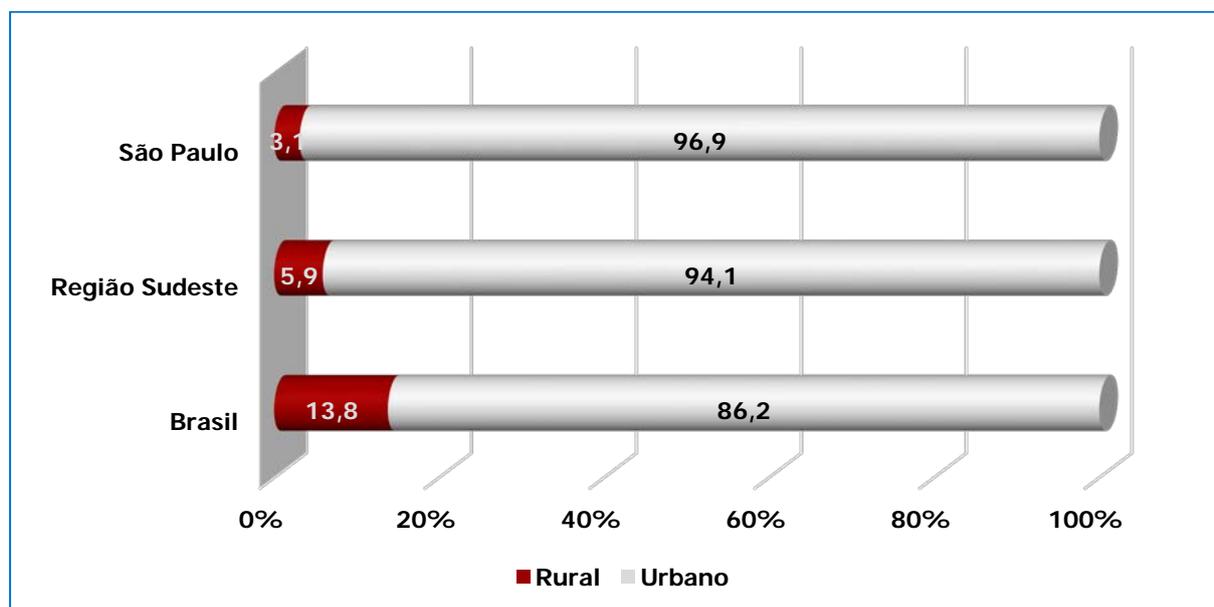
Fonte: IBGE – Pnad Contínua. Elaboração: Todos pela Educação.

É importante destacar a ausência de dados absolutos para dimensionar o quantitativo da população residente no campo. Informações desta natureza dependem de divulgação, pelo IBGE, do número de pessoas residentes no meio urbano e rural (variável localização), informação e critério que deixaram de ser disponibilizados após 2015.

Percentualmente, a população paulista residente no campo é pouco relevante. Em 2015 eram 1.526.714 pessoas (3,4%) de um universo de 44.499.755, sendo que na faixa etária objeto desse estudo (18 a 29 anos), esse percentual correspondia a 3,1% – 249.729 pessoas na área rural de um total de 8.078.610 habitantes.

O Brasil e a região Sudeste registraram, em 2015, percentuais mais elevados de pessoas residindo no campo, conforme evidenciado no Gráfico 4.

**Gráfico 4: Brasil, região Sudeste e Estado de São Paulo  
População residente de 18 a 29 anos – Percentual por condição de residência  
2015**



Fonte: IBGE – Pnad 2015.

Em 2012, a escolaridade média da população rural paulista, segundo divulgado pelo IBGE/Pnad Contínua, era de 9,3 anos de estudo, ou seja, 1,5 ano menor que a escolaridade média registrada na área urbana: 10,8 anos.

No meio rural, de acordo com as informações disponibilizadas no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE – biênio 2012-2019, o Distrito Federal e Santa

Catarina alcançaram em 2019, a maior média: 11,5 anos, seguido de São Paulo com 11,1 anos de estudo. Para o ano de 2012, esse mesmo Relatório estimou a *média de anos de estudo no campo* em 10,4 anos no Distrito Federal, 10,3 anos em São Paulo e, em Santa Catarina, 10,2 anos.

Outra fonte, a publicação do Anuário do Todos pela Educação, apontou para 2019 resultados semelhantes: 11,6 anos de estudo para o Distrito Federal e Santa Catarina e 11,1 anos para São Paulo (Anexo II – B).

Para o ano de 2012, essa fonte posicionou o Distrito Federal na liderança com 9,5 anos – a maior escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo, seguida de São Paulo com 9,3 anos e Santa Catarina com 9,2 anos.

Essas pequenas diferenças são justificáveis. O próprio Inep, ao descrever a metodologia de cálculo do *indicador anos de estudo*, esclareceu que os dois primeiros Relatórios de Monitoramento do PNE utilizaram dados da antiga Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que englobava um intervalo de 0 a 15 anos de estudo, na composição do cálculo da *variável anos de estudo*.

No Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, publicado em 2020, os dados foram estimados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) que alterou a composição dessa variável (*anos de estudo*), estendendo o intervalo para 0 a 16 anos de estudo. A justificativa para esse ajuste é o ensino fundamental de nove anos, o que explica as diferenças nos valores quando comparados aos dados divulgados da Pnad anual.

De acordo com os dados da Pnad anual, o *número médio de anos de estudo* dos jovens paulistas residentes no campo, entre 2004 e 2014, evoluiu de um valor médio de 8,0 anos em 2004 para 9,5 anos em 2014, uma variação positiva de 1,5 ano no período.

Em 2004, São Paulo apresentava uma média superior à registrada nas demais unidades federadas e, em 2014, se manteve nessa posição de destaque, compartilhando a liderança com Santa Catarina (Anexo II – C: 2004 a 2014).

A série construída com base nas informações da Pnad Contínua, abrangendo o período de 2012 a 2019, mostra que o crescimento do *número médio de anos de estudo* dos jovens paulistas residentes no campo foi de 0,8 ano.

Em 2012, São Paulo já apresentava uma média de 10,3 anos, superior àquela registrada nas demais unidades federadas, exceto no Distrito Federal (10,4 anos). Em 2019, a escolaridade média no meio rural estimada para o Distrito Federal continua a mais elevada do país: 11,5 anos e compartilha essa liderança com Santa Catarina que obteve idêntico resultado. São Paulo passou a ocupar a terceira posição na classificação com 11,1 anos de estudo (Anexo II – A).

Adicionalmente, inclui-se como contraponto dados-síntese para o ano de 2019 referentes ao *número médio de anos de estudo* no meio urbano, sinalizando possibilidades e perspectivas do alcance da meta de 12 anos de escolaridade, mostrando que se constitui em desafio para muitos estados.

Apenas seis (6) das 27 unidades da federação atingiram antecipadamente essa média: Distrito Federal com 12,7 anos, São Paulo com 12,3 anos, Santa Catarina com 12,1 anos e Paraná, Rio de Janeiro e Roraima, com exatamente 12,0 anos de estudo.

De acordo com os dados relativos à *média de anos de estudo* estimados em 2019 na área urbana, é possível prever que oito estados estão próximos do alcance dessa meta: Mato Grosso e Goiás com 11,9 anos e Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Amapá, Piauí e Acre que atingiram o mesmo valor: 11,8 anos de estudo.

O desafio será maior para quatro estados que precisam concentrar mais esforços para o atingimento da referida média: Tocantins com 11,7 anos de estudo é mais bem posicionado, seguido de Rondônia, Pernambuco e Amazonas, todos com 11,6 anos, o que exigirá uma expansão de 0,4 ano no *número médio de anos de estudo* na área urbana.

Em 2019, Ceará, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul registraram uma escolaridade média de 11,4 anos de estudo entre os jovens residentes no meio urbano, o que significa dizer que estes estados precisam avançar em 0,6 ano para atingir a meta.

No Maranhão, como a média foi de 11,2 anos de estudo o desafio será maior, devendo aumentar em 0,8 ano. Paraíba e Bahia, ambos com número médio de 11,1 anos de estudo necessitam expandir em 0,9 ano.

Em 2019, a maior dissimetria do *número médio de anos de estudo* de jovens residentes no meio urbano, levando em consideração a Meta de 12,0 anos e a distância a percorrer para o seu atingimento, foram registradas em três estados: Pará com 11,0 anos, Sergipe com 10,9 anos e Alagoas com 10,8. Assim, nestas unidades da federação será necessário ampliar em 1,0 ano ou mais (1,1 e 1,2 ano) a escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no meio urbano, evidenciando dificuldades e frustrando expectativas para seu cumprimento no prazo previsto (Anexo II – B).

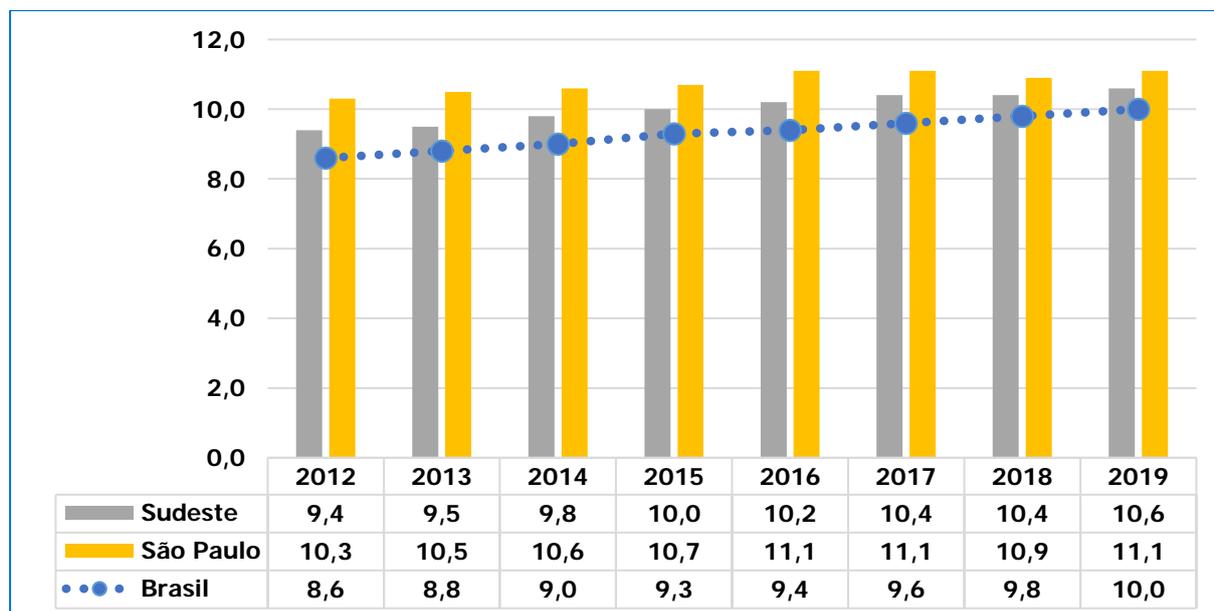
Nos últimos dois anos houve um agravamento das dificuldades no processo de escolarização por causa dos problemas gerados pela pandemia da Covid-19 e a adoção de protocolos sanitários necessários para evitar maior disseminação do vírus, o que afetou particularmente a vida dos alunos com o isolamento social, o fechamento das escolas e a consequente descontinuidade das atividades escolares presenciais, substituídas abruptamente por aulas on-line comprometidas pela ausência e ou falhas de conexão/internet.

É consensual entre os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que a epidemia desencadeou uma crise aguda, com desdobramentos múltiplos no cotidiano das pessoas e que perpassa pela insegurança, pelo agravamento das condições socioeconômicas da população e deterioração das perspectivas de emprego.

Os efeitos serão piores para os segmentos mais pobres e vulneráveis da sociedade, com potencial para aumentar substancialmente a desigualdade, em parte devido a seu impacto desproporcional sobre os trabalhadores pouco qualificados, em especial entre aqueles que não completaram a educação básica, ou seja, escolaridade média inferior a 12 anos de estudos.

Conforme evidencia o gráfico 5, o registro histórico da média de anos de estudo paulista foi sempre superior às médias da região Sudeste e do Brasil.

**Gráfico 5: Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo**  
**Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residentes no campo**  
**2012-2019**



Fonte: Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE – 2020.

## Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres

***Indicador 8C:*** *Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).*

***Meta:*** *Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024 - PNE.*

No Brasil, a Pnad Contínua apontou em 2012 que a escolaridade média da população de 18 a 29 anos do grupo pertencente aos *25% mais pobres* era de 7,9 anos de estudo. Passados oito anos, essa mesma pesquisa amostral em 2019 calculou a escolaridade média em 10,2 anos, resultando em uma variação de 2,3 anos no período, sendo que para alcançar os 12 anos previstos pela Meta será preciso ampliar em 1,8 anos essa média.

A média de escolaridade/anos de estudo estimada para o País, não permite discernir o comportamento deste indicador ou entender a dimensão das reais desigualdades entre as unidades da federação. Visto isoladamente, o indicador *média de escolaridade dos jovens 25% mais pobres* pouco acrescenta aos diagnósticos tradicionais que retratam as desigualdades e um maior prejuízo para os residentes em estados da região Norte e Nordeste.

Para um maior discernimento da dimensão do problema, é importante retratar não apenas o *Indicador renda/escolaridade* da população jovem de 18 a 29 anos pertencente ao segmento dos *25% mais pobres*, como comparar os resultados com os observados entre os jovens da mesma faixa etária no segmento dos *25% mais ricos*. Esse paralelo agrega valor à investigação, estendendo as possibilidades da análise e reflexão acerca das desigualdades.

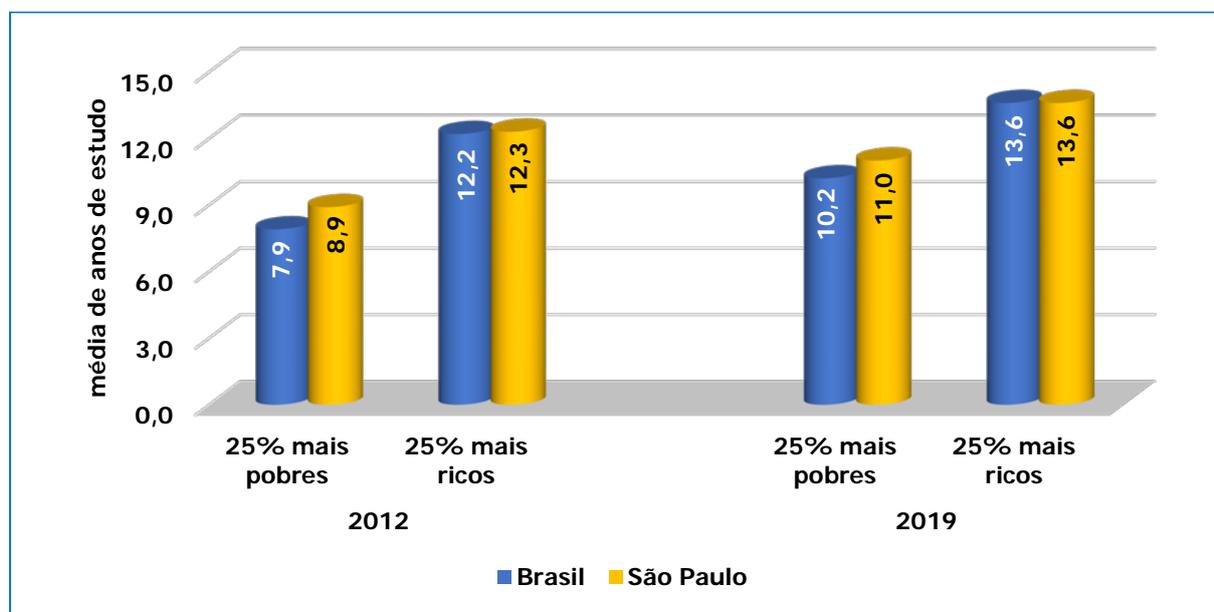
Cabe observar que a escolaridade média dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos, pertencentes ao grupo dos *25% mais ricos*, já havia alcançado 12,2 anos de estudo em 2012, aumentando para 13,6 anos em 2019, uma variação positiva de 1,4 anos. Além disso, é interessante notar que no segmento dos jovens *25% mais ricos*, a média registrada em 2012 já era superior à meta agregada de 12 anos prevista no PNE para 2024.

O confronto das *médias de anos de estudo* estimadas para a população jovem de 18 a 29 anos, considerando os resultados dos dois subgrupos – *25% com menor renda* e *25% com maior renda*, deixam transparecer algumas particularidades inerentes ao próprio território/espaço geográfico, bem como a coexistência de realidades diferenciadas no contexto socioeconômico, derivadas de um fator crítico: a diversidade de renda, um problema cuja superação é dependente de esforços robustos para resultar em progressos.

No caso do Estado de São Paulo, a Pnad Contínua registrou, em 2012, uma escolaridade média de 8,9 anos no grupo de jovens da faixa etária pertencente aos *25% mais pobres*, ou seja, um ponto percentual superior à média brasileira. Em 2019, a escolaridade média alcançada neste grupo foi de 11,0 anos: 0,8 ano maior do que a

média registrada para o País, portanto, para atingir a Meta será necessário expandir o número médio em 1,0 ano de estudo (Gráfico 6).

**Gráfico 6: Brasil e Estado de São Paulo**  
**Número médio de anos de estudo da população de 18 a 29 anos pertencentes aos 25% mais pobres**  
**2012/2019**



Fonte: IBGE/Pnad Contínua (dados elaborados pelo Todos pela Educação).

A classificação em ordem decrescente do Indicador *média de anos de estudo – renda/escolaridade* em 2019, calculada para a população jovem de 18 a 29 anos, abrangendo os dois segmentos: os jovens pertencentes aos *25% mais pobres* e os pertencentes aos *25% mais ricos* por unidade da federação, permite-nos confrontar, neste contexto, duas situações bastante diferenciadas, tornando viável a comparabilidade e ampliando o universo de análise.

O paralelo das duas informações extrapola a visão simplista de retratar isoladamente o maior grau de dificuldade para superar as desigualdades e, possivelmente, o comparativo das duas vertentes poderá acrescentar outras hipóteses para um cenário de diferenças marcantes.

A escolaridade média dos *25% mais ricos* observada notadamente em estados do Norte e Nordeste evidencia de forma clara que as diferenças regionais ultrapassam a explicação clássica de determinismo regional e dificuldades perenes presentes, e

prejuízo maior para os residentes nos estados da região Norte e Nordeste dos estratos dos *25% mais pobres*.

Em 2019, o indicador da escolaridade média alcançado para o segmento dos jovens *25% mais pobres* mostra que Roraima e São Paulo foram as duas unidades da federação mais bem posicionadas, com 11,1 e 11,0 anos de estudo, respectivamente.

Os outros 25 estados da federação tiveram, em 2019, nesse *indicador*, médias inferiores, variando de 10,9 anos no Distrito Federal a 9,6 anos registradas para Alagoas e Sergipe que, com idêntico resultado, ocupam a 26<sup>a</sup> e 27<sup>a</sup> posição na classificação decrescente (Tabela 8).

A partir da classificação dos resultados do *número médio de anos de estudo* em 2019, constatou-se que o indicador foi superior a 10,0 e inferior a 11,0 anos em dezessete estados. O Distrito Federal classificou-se na 3<sup>a</sup> posição, atrás apenas de Roraima e São Paulo que ocupam as duas primeiras colocações, seguido do Rio de Janeiro na 4<sup>a</sup> posição com 10,7 anos e de Goiás e Santa Catarina, ambos com a escolaridade média de 10,6 anos de estudo e ocupando a 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> posição na classificação geral.

O Distrito Federal apresentou uma variação de 2,4 anos no período analisado, evoluindo de 8,5 anos em 2012 para 10,9 em 2019. É interessante notar que essa variação se assemelha aos valores observados em estados com as menores médias de escolaridade.

O Rio de Janeiro, classificado em 4<sup>o</sup> lugar com 10,7 anos de estudo, registrou uma variação menor (2,2 anos) e, em sequência, Goiás e Santa Catarina. Goiás apresentou a melhor performance, evoluindo de 7,8 anos em 2012 para uma *escolaridade média* de 10,6 anos em 2019, ampliando em 2,8 anos o *número médio de anos de estudo* da população jovem de 18 a 29 anos.

Em Santa Catarina essa variação foi menor: 2,5 anos, avançando de 8,1 em 2012 para 10,6 anos em 2019. Ceará e Minas Gerais registraram, em 2019, o mesmo *número médio de anos de estudo*: 10,4 anos, com uma pequena vantagem para o primeiro, levando em consideração a variação em relação ao ano de 2012 (Tabela 8).

Outras cinco unidades da federação apresentaram resultados iguais na *média de anos de estudo* em 2019: Piauí, Mato Grosso, Tocantins, Espírito Santo e Amapá, contudo importa estabelecer o comparativo destas médias em dois momentos: 2019 e 2012, para a medição do esforço realizado nesse período para estender a escolaridade desse grupo que é a prioridade da Meta.

Três unidades da federação – Piauí, Mato Grosso e Tocantins – alcançaram, em 2019, a mesma escolaridade média: 10,3 anos, porém, quando comparados aos números médios registrados em 2012, todas elas apresentaram maior variação, evidenciando um desempenho mais satisfatório.

Nesse agrupamento, o Piauí (9<sup>a</sup> colocação) responde pela maior variação: 2,6 anos, tendo evoluído de 7,7 em 2012 para 10,3 anos de estudo em 2019. Mato Grosso e Tocantins tiveram idêntico desempenho, ambos tinham a mesma média: 7,9 anos em 2012 e passaram a 10,3 anos em 2019, correspondendo a um acréscimo de 2,4 anos no período e 10<sup>o</sup> e 11<sup>o</sup> lugar na classificação. No grupo dos *25 % mais ricos* essa diferença foi menor no caso do Tocantins: 1,8 ano, passando de 12,2 em 2012 para 14,0 anos de estudo em 2019, classificando-se na 8<sup>a</sup> posição. Já Mato Grosso registrou maior avanço: 2,2 anos, evoluindo nesse período de 11,3 para 13,5 anos, ocupando a 23<sup>a</sup> colocação (Tabela 8).

Em 2012, o Espírito Santo que ocupava a 8<sup>a</sup> posição com 8,3 anos de estudo, passou a 12<sup>a</sup> colocação em 2019, tendo registrado uma média de 10,3 anos e variação de 2,0 anos. O Amapá, com uma escolaridade média de 8,5 anos, ocupava a 5<sup>a</sup> posição entre os 27 estados da federação e evoluiu para 10,3 anos em 2019, registrando uma variação de 1,8 anos no período, sendo classificado na 13<sup>a</sup> posição. (ver classificação de 2012 no Anexo III – B).

Em 2019 observou-se no indicador *escolaridade média/anos de estudo* resultados iguais em quatro estados: Pernambuco, Acre, Amazonas e Paraná. Do ponto de vista quantitativo, esse comparativo indicou situação idêntica em dois – Pernambuco e Acre, ambos com média de 7,5 anos em 2012, ampliando para 10,2 anos de estudo em 2019, uma variação de 2,7 no período.

Inclusive, por causa dos resultados positivos em relação à meta do Ideb, Pernambuco é um estado que ganhou reconhecimento e espaço na mídia. No acompanhamento do indicador referente à escolaridade média dos jovens confirmou uma boa classificação quando o enfoque foi o estrato dos 25% mais ricos, ficou na 7ª posição, apresentando uma evolução de 12,9 anos de estudo em 2012 para 14,1 anos em 2019. Porém esse contexto é menos favorável no segmento dos jovens *25% mais pobres*, sendo que a classificação obtida em 2019, foi bem mais modesta: 14ª posição entre as 27 unidades da federação e um crescimento de 2,7 anos, evoluindo de 7,5 anos de estudo em 2012 para 10,2 anos em 2019.

Já o Acre registrou entre os jovens *25% mais ricos* um acréscimo de 1,3 anos, elevando a média de escolaridade de 12,7 anos de estudo em 2012 para 14,0 anos em 2019, obtendo a 10ª colocação na classificação geral pautada no indicador dos *25% mais ricos*, entretanto, quando comparada aos *25% mais pobres* foi classificado em 15º lugar (Tabela 8).

Todavia, ainda que as *médias de anos de estudo* registradas no Acre para a população jovem (*25% mais pobres*) possam parecer tímidas, aumentado de 7,5 anos em 2012 para 10,2 anos em 2019, essa variação foi expressiva: 2,7 anos no período.

**Tabela 8: Unidades da Federação  
População de 18 a 29 anos: Número médio de anos de estudo por rendimento  
2012/2019**

(classificados pelas médias em 2019)\*

Abrangência		25% mais pobres			Abrangência		25% mais ricos		
		2012	2019	Variação			2012	2019	Variação
	Brasil	7,9	10,2	2,3		Brasil	12,2	13,6	1,4
1	Roraima	9,1	11,1	2,0	1	Piauí	12,7	14,5	1,8
2	São Paulo	8,9	11,0	2,1	2	Rio Grande do Norte	12,2	14,3	2,1
3	Distrito Federal	8,5	10,9	2,4	3	Paraíba	12,3	14,2	1,9
4	Rio de Janeiro	8,5	10,7	2,2	4	Sergipe	12,9	14,2	1,3
5	Goiás	7,8	10,6	2,8	5	Alagoas	12,2	14,1	1,9
6	Santa Catarina	8,1	10,6	2,5	6	Distrito Federal	12,7	14,1	1,4
7	Ceará	8,1	10,4	2,3	7	Pernambuco	12,9	14,1	1,2
8	Minas Gerais	8,3	10,4	2,1	8	Tocantins	12,2	14,0	1,8
9	Piauí	7,7	10,3	2,6	9	Ceará	12,3	14,0	1,7
10	Mato Grosso	7,9	10,3	2,4	10	Acre	12,7	14,0	1,3
11	Tocantins	7,9	10,3	2,4	11	Maranhão	12,0	13,9	1,9
12	Espirito Santo	8,3	10,3	2,0	12	Bahia	12,3	13,9	1,6
13	Amapá	8,5	10,3	1,8	13	Goiás	12,0	13,8	1,8
14	Pernambuco	7,5	10,2	2,7	14	Espirito Santo	12,1	13,8	1,7
15	Acre	7,5	10,2	2,7	15	Amazonas	12,2	13,8	1,6
16	Amazonas	7,8	10,2	2,4	16	Rio de Janeiro	12,2	13,8	1,6
17	Paraná	8,3	10,2	1,9	17	Amapá	12,4	13,8	1,4
18	Maranhão	7,4	10,1	2,7	18	Mato Grosso do Sul	11,6	13,6	2,0
19	Rio Grande do Sul	8,4	10,1	1,7	19	Minas Gerais	12,0	13,6	1,6
20	Bahia	7,5	9,9	2,4	20	Roraima	12,3	13,6	1,3
21	Paraíba	7,5	9,9	2,4	21	São Paulo	12,3	13,6	1,3
22	Rio Grande do Norte	7,7	9,9	2,2	22	Pará	11,0	13,5	2,5
23	Rondônia	7,8	9,9	2,1	23	Mato Grosso	11,3	13,5	2,2
24	Pará	7,3	9,7	2,4	24	Paraná	12,1	13,5	1,4
25	Mato Grosso do Sul	7,5	9,7	2,2	25	Rondônia	11,2	13,4	2,2
26	Alagoas	7,2	9,6	2,4	26	Santa Catarina	12,0	13,4	1,4
27	Sergipe	7,2	9,6	2,4	27	Rio Grande do Sul	11,8	13,1	1,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (dados elaborados pelo Todos pela Educação).

(\*) Nota: No caso de média de anos de estudo idênticas, a classificação obedeceu à ordem decrescente da variação.

No caso do Amazonas constatou-se, em 2019, a média de 10,2 anos de estudo no segmento dos *25% mais pobres*, portanto, uma variação menor: 2,4 ano em relação à média de 7,8 anos retratada em 2012. No contexto de 27 unidades da federação, o estado foi classificado em uma posição intermediária: 16º lugar e ocupa posição semelhante – a mesma média de Pernambuco, Acre e Paraná.

Comparando-se o desempenho dos quatro estados incluídos nesse grupo, causa estranheza a evolução do indicador de escolaridade de jovens *25% mais pobres*

observada para o Paraná que, em 2012, registrava uma situação mais confortável e vantagem em relação aos seus pares – média de 8,3 anos, ocupando a 9ª posição, mas decaiu para a 17ª colocação em 2019, registrando menor variação: 1,9 anos no período e uma média de 10,2 anos de estudo.

Também entre os jovens do estrato *25% mais ricos*, o avanço no Paraná foi moderado: 1,4 anos, passando de 12,1 anos em 2012 para 13,5 em 2019, com desdobramento importante na sua classificação, decaindo da 18ª posição em 2012 para a 24ª posição na classificação de 2019 (Tabela 8).

Uma rápida observação da escolaridade estimadas para o Rio Grande do Sul evidenciou um percurso semelhante ao observado para o Paraná. Em 2012, o Rio Grande do Sul tinha, no segmento de jovens *25% mais pobres*, a 6ª maior média entre as 27 unidades da federação, porém essa classificação decaiu para 19ª posição em 2019, tendo uma variação modesta: 1,7 anos no período. Em relação à escolaridade média dos jovens do segmento *25% mais ricos* apresentou uma variação menor: 1,3 anos, passando de 11,8 anos em 2012 para 13,1 anos de estudo em 2019, assumindo a 27ª colocação na classificação.

No Maranhão o indicador retrata um cenário mais positivo. Em 2012, o estado tinha no segmento de jovens *25% mais pobres* uma das menores médias: 7,4 anos de estudo, ocupando a 24ª posição, ficando à frente de três estados: Pará com 7,3 anos e Alagoas e Sergipe ambos com 7,2 anos. Em 2019, a escolaridade média dos jovens maranhenses no estrato dos *25% mais pobres* foi de 10,1 anos, o correspondente a um aumento de 2,7 anos, entre 2012 e 2019.

Indiretamente, essa variação evidencia os esforços dispendidos visando à ampliação da escolaridade obrigatória de 12 anos e resultando na melhoria da classificação do estado que, em 2019, alçou a 18ª posição.

Além disso, o Maranhão também apresentou uma trajetória favorável em relação à escolaridade dos jovens do estrato dos *25% mais ricos*, evoluindo de 12,0 para 13,9 anos de estudo, sendo classificado na 11ª colocação no contexto de 27 unidades da federação em 2019, portanto ganhou posições, pois em 2012 ocupava a 19ª posição na classificação (Tabela 8).

Outras quatro unidades da federação com similaridade nas *médias de anos de estudo* entre os *25% mais pobres* foram: Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia que registraram, em 2019, o mesmo número médio de escolaridade: 9,9 anos de estudo. Entretanto, considerando a variação em relação a 2012, os dois primeiros tiveram uma variação maior: 2,4 anos, ao passo que esses diferenciais foram menores no Rio Grande do Norte e Rondônia, respectivamente, 2,2 e 2,1 anos.

No segmento dos jovens *25% mais pobres*, a Bahia obteve a 20<sup>a</sup> colocação, no entanto entre os jovens *25% mais ricos*, as médias de anos de estudo passaram de 12,3 para 13,9 anos, representando um avanço de 1,6 ano no período, classificando-se na 12<sup>a</sup> posição.

Também apresentaram resultados inferiores à média de 10,0 anos de estudo em 2019, no segmento dos *25% mais pobres*, Pará e Mato Grosso do Sul, ambos com 9,7 anos (24<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup> posição) e ainda Alagoas e Sergipe com 9,6 anos nas duas últimas classificações.

Considerando o agrupamento dos jovens *25% mais ricos*, a escolaridade média foi maior no Mato Grosso do Sul, que ocupou a 18<sup>a</sup> posição e apresentou uma variação de 2,0 anos, chegando a 13,6 anos em 2019. Por sua vez o Pará, classificado na 22<sup>a</sup> posição, evoluiu de 11,0 para 13,5 anos de estudo, um acréscimo de 2,5 anos e, Rondônia (25<sup>a</sup> posição) que apresentou uma variação da ordem de 2,2 anos entre 2012 e 2019, ampliando de 11,2 para 13,4 a escolaridade média do segmento mais abastado (Tabela 8).

Sergipe e Alagoas apresentam as situações mais destoantes: 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> posição na classificação dos *25% mais ricos*, alcançando uma escolaridade média de 14,2 e 14,1 anos de estudo e as últimas classificadas no subgrupo *25% mais pobres*.

O confronto das *médias de anos de estudo* estimadas para a população jovem de 18 a 29 anos, considerando os resultados dos dois subgrupos – *25% com menor renda* e *25% com maior renda*, deixam transparecer certas particularidades inerentes ao próprio território/espço geográfico, bem como a coexistência de realidades diferenciadas no contexto socioeconômico, derivadas do rendimento – um fator crítico a ser superado e dependente de esforços robustos para resultar em progressos.

A classificação por unidade da federação organizada para o segmento dos *25% mais ricos* indicou nova similaridade nos resultados entre dois estados que apresentaram médias idênticas e foram classificados na 20<sup>a</sup> e 21<sup>a</sup> posição – Roraima e São Paulo. Causa perplexidade observar que os dois estados que mais avançaram no sentido da igualdade e redução da distância social e que tiveram relativo sucesso na ampliação da *média de anos de estudo dos jovens 25% mais pobres*, tenham um desempenho mediano quando o foco de atenção foi a escolaridade média no *segmento dos 25% mais ricos*.

Com efeito essa situação decorre do paradoxo observado nas outras localidades, pois as *maiores médias de escolaridade do segmento dos jovens 25% mais ricos* foram registradas nas unidades da federação com baixa *média de anos de estudo no segmento 25% mais pobres*, sinalizando que há uma enorme distância social entre esses dois grupos em determinados estados.

Assim, quando se examinou a classificação em ordem decrescente do valor da média de anos de estudo estimado para 2019 das unidades federadas no segmento dos jovens *25% mais ricos*, fica muito evidente o contraditório – o fosso social resultante do componente renda.

Ressalta-se que a diferença na *escolaridade média* entre os *25% mais pobres* e os *25% mais ricos* foi, ao longo do período, sempre superior a 3 anos, (exceto Santa Catarina, São Paulo e Roraima) estando os mais favorecidos, o segmento de maior renda, com uma média de escolaridade acima ou igual a 14 anos em dez unidades da federação (Tabela 9).

**Tabela 9: Unidades da Federação**  
**População de 18 a 29 anos: Diferença entre o número médio de anos de estudo –**  
**menor e maior renda**  
**2012/2019**

(em ordem decrescente da diferença dos 25% mais ricos e 25% mais pobres em 2019)

Abrangência	25% mais pobres		25% mais ricos		Diferença: 2019 mais ricos/mais pobres
	2012	2019	2012	2019	
<b>Brasil</b>	<b>7,9</b>	<b>10,2</b>	<b>12,2</b>	<b>13,6</b>	<b>3,4</b>
Nordeste	7,6	10,1	12,4	14,1	4,0
Norte	7,5	9,9	11,7	13,6	3,7
Centro-Oeste	7,9	10,4	12,0	13,8	3,4
Sul	8,3	10,2	11,9	13,3	3,1
Sudeste	8,6	10,8	12,2	13,6	2,8
1 Sergipe	7,2	9,6	12,9	<b>14,2</b>	4,6
2 Alagoas	7,2	9,6	12,2	<b>14,1</b>	4,5
3 Rio G. do Norte	7,7	9,9	12,2	<b>14,3</b>	4,4
4 Paraíba	7,5	9,9	12,3	<b>14,2</b>	4,3
5 Piauí	7,7	10,3	12,7	<b>14,5</b>	4,2
6 Bahia	7,5	9,9	12,3	13,9	4,0
7 Mato G. do Sul	7,5	9,7	11,6	13,6	3,9
8 Pernambuco	7,5	10,2	12,9	<b>14,1</b>	3,9
9 Acre	7,5	10,2	12,7	<b>14,0</b>	3,8
10 Maranhão	7,4	10,1	12,0	13,9	3,8
11 Pará	7,3	9,7	11,0	13,5	3,8
12 Tocantins	7,9	10,3	12,2	<b>14,0</b>	3,7
13 Amazonas	7,8	10,2	12,2	13,8	3,6
14 Ceará	8,1	10,4	12,3	<b>14,0</b>	3,6
15 Amapá	8,5	10,3	12,4	13,8	3,5
16 Espírito Santo	8,3	10,3	12,1	13,8	3,5
17 Rondônia	7,8	9,9	11,2	13,4	3,5
18 Paraná	8,3	10,2	12,1	13,5	3,3
19 Goiás	7,8	10,6	12,0	13,8	3,2
20 Distrito Federal	8,5	10,9	12,7	<b>14,1</b>	3,2
21 Mato Grosso	7,9	10,3	11,3	13,5	3,2
22 Minas Gerais	8,3	10,4	12,0	13,6	3,2
23 Rio de Janeiro	8,5	10,7	12,2	13,8	3,1
24 Rio G. do Sul	8,4	10,1	11,8	13,1	3,0
25 Santa Catarina	8,1	10,6	12,0	13,4	2,8
26 São Paulo	8,9	11,0	12,3	13,6	2,6
27 Roraima	9,1	11,1	12,3	13,6	2,5

Fonte: IBGE/Pnad Contínua (dados elaborados pelo Todos pela Educação).

Piauí é um exemplo: destacou-se como a unidade federada com a maior média de escolaridade – 14,5 anos de estudo entre os jovens *25% mais ricos* e foi classificada na 9ª posição (10,3 anos de estudos) quando o objeto de atenção foram os jovens *25% mais pobres*.

Alguns dos estados identificados entre as maiores médias de escolaridade – intervalo entre 14,5 e 14,0 anos de estudo (*jovens 25% mais ricos*) estão na situação diametralmente oposta, quando se trata dos *jovens 25% mais pobres* (menor escolaridade média) em torno de 9,9 e 9,6 anos, como por exemplo Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas.

A assimetria nos resultados também acontece em outros estados. No Rio Grande do Norte, a média de anos de estudo dos *jovens 25% mais ricos* foi de 14,3 anos, pontuando na 2ª posição na classificação. Por outro lado, em relação ao estrato de *jovens 25% mais pobres*, ocupa a 22ª colocação com uma média de escolaridade de 9,9 anos.

Esse distanciamento das *médias de anos de estudo* associadas à renda foi recorrente: Paraíba e Sergipe relacionados na 3ª e 4ª colocação com 14,2 anos de estudo no universo dos *25% mais ricos*, evidenciam situação desfavorável quando o enfoque são *jovens do estrato 25% mais pobres*. Paraíba, foi classificada na 21ª colocação com 9,9 anos de estudo e Sergipe, com escolaridade média de 9,6 anos em 2019, na 27ª posição entre as unidades da federação.

Em 2019, três unidades – Alagoas, Distrito Federal e Pernambuco registraram a mesma *média de anos de estudo*: 14,1 anos, correspondendo a 5ª, 6ª e 7ª posições na classificação, considerando as respectivas variações em relação ao ano de 2012. Contudo, entre a população jovem *25% mais pobres*, Alagoas e Sergipe foram classificados nas últimas posições, com 9,6 anos de estudo.

Essa dissonância nos valores encontrados em algumas unidades da federação no indicador *escolaridade média* dos jovens – 25% mais ricos e os 25% mais pobres, torna ainda mais visível o efeito do fator renda nas oportunidades e as barreiras condicionantes das desigualdades sociais.

No segmento de *jovens 25% mais ricos*, o Distrito Federal registrou um acréscimo de 1,4 ano na média de escolaridade, evoluindo de 12,7 anos em 2012 para 14,1 em 2019, valores que o classificam na 6ª posição. Entre os *jovens 25% mais pobres* e uma média estimada em 10,9 anos em 2019, classifica-se na 3ª melhor posição, atrás apenas de Roraima e São Paulo, os dois estados que atingiram as maiores médias.

Vale observar que as cinco unidades federadas que precedem o Distrito Federal na classificação referente aos jovens *25% mais ricos*, têm pontos comuns: todas são da região Nordeste e, em 2012, já haviam superado a média de 12 anos de estudo, alcançando médias acima a 14,0 anos em 2019.

Os resultados desse indicador nestas localidades em relação à escolaridade do grupo de menor rendimento, torna evidente a necessidade de políticas públicas compensatórias mais eficazes, em especial na Educação.

### ***O peso da renda na média de escolaridade da população jovem***

Quando nos atemos à classificação geral das unidades da federação para o grupo de jovens *25% mais pobres*, a questão da distância social e da renda são bem evidentes e os resultados surpreendem, revelando maior dificuldade e até mesmo o comprometimento do processo de escolarização e da escolaridade média dos jovens das camadas desfavorecidas.

Estados que se destacaram na média de anos de estudo do grupo de jovens do estrato *25% mais ricos* (1º ao 5º classificados) passam para as últimas posições com baixas pontuações quando o enfoque é a escolaridade média dos jovens *25% mais pobres*.

A situação de escolaridade dos *25% mais pobres* nas regiões e nas Unidades da Federação demonstra, tal como em outras desagregações, uma desigualdade em prejuízo maior aos residentes em estados da região Norte e Nordeste. Isso pode indicar a sobreposição entre características de renda e local de residência na reprodução das desigualdades e oportunidades de escolarização.

Dados relativos à *média de anos de estudo* dos jovens do grupo *25% mais pobres* calculados para o ano de 2019 apontaram que até mesmo nos dois estados que conseguiram maior progresso, os valores estimados ainda distam pelo menos 1,0 ano de estudo da meta de 12 anos, como é o caso de São Paulo que alcançou 11,0 anos e de Roraima com 11,1 anos de estudo, apresentando variação de 2,0 e 2,1 anos.

Um olhar mais atento à classificação demonstra que quase a metade dos estados (13 unidades) fazem parte de um grupo mais homogêneo, em que a média de anos de estudo ficou entre 10,4 e 10,1 anos em 2019.

Esforços no sentido de ampliar a oportunidade, visando a aumentar a escolaridade/anos de estudo da população jovem *25% mais pobres* devem estar acontecendo em especial naqueles estados nos quais uma variação mais robusta pode ser reflexo de ações voltadas à redução das desigualdades.

De outra parte o Maranhão merece ser citado como exemplo de uma maior equidade: ampliou em 2,7 anos a média de anos de estudo da população jovem *25% mais pobres*, evoluindo de 7,4 anos em 2012 para 10,1 anos em 2019, sendo que no segmento dos *25% mais ricos*, o estado já havia atingido a meta de 12 anos de estudo em 2012 e a estendeu para 13,9 anos em 2019.

Os indicadores de escolaridade e rendimento para o Rio Grande Sul sinalizam para um desempenho que pode ser classificado como mediano e abaixo das expectativas. Em 2019, o Rio Grande do Sul foi classificado na 19ª posição: 10,1 anos em razão da modesta variação no período (1,7 ano). Com relação aos jovens pertencentes *25% mais ricos*, os avanços foram um pouco mais expressivos: 1,3 anos: passou de 11,8 anos em 2012 para 13,1 anos em 2019, ocupando a 27ª posição na classificação em 2019.

O Anexo III – B apresenta um quadro comparativo por unidade da federação do número médio de anos estudos dos jovens de 18 a 29 anos – segmento dos *25% mais pobres* e dos *25% mais ricos* em dois momentos: 2012 e 2019, acompanhada da respectiva variação em anos, o que indiretamente dá pistas sobre os esforços no sentido de atingir essa Meta.

### ***Principais conclusões do componente renda***

Os resultados deste *Indicador* que mede a escolaridade da população jovem com *menor renda* – o segmento dos *25% mais pobres* e o segmento dos *25% mais ricos* – com as informações desagregadas por Unidade da Federação, torna evidente o quanto

é necessário que as políticas públicas sejam centradas em ações com força para minimizar as discrepâncias na escolarização/escolaridade dos jovens e tenham a devida efetividade para reduzir as diferenças gritantes entre ricos e pobres.

Importante lembrar que *os 12 anos de escolaridade* prognosticado na Meta 8 no PNE *corresponde ao número de anos da educação básica obrigatória – conclusão do ensino médio*, conforme estabelecido na legislação brasileira. Tampouco, pode ter acolhimento visões distorcidas que elencam embaraços no cumprimento da meta, alegando descompasso, desconhecimento da realidade ou a justificativa de que a proposição está atrelada à perspectiva exageradamente otimista na sua formulação.

Assim sendo, um cuidado necessário é garantir um diagnóstico que seja ajustado e adequado ao seu monitoramento, incorporando variáveis adicionais, para evitar o viés de um acompanhamento superficial, evitando o reducionismo do indicador do *número médio de anos de estudo* agregado que, sendo uma média, atenua dificuldades e minimiza os problemas, mascarando resultados.

Portanto, é imprescindível estender os indicadores e entender as diferentes condições do cotidiano dessa população jovem, suas vulnerabilidades, as janelas de oportunidades e outras variáveis de gênero, de cor/raça, de localização geográfica, entre outras, que estão interligadas aos sistemas de ensino.

O *indicador de escolaridade média*, associado ao *fator renda*, apontou condições muito diferenciadas no contexto de cada um dos 27 estados. Assim sendo, vale refletir sobre a opinião de Marcelo Neri: *“...para diminuir a desigualdade é preciso que a renda das classes mais baixas continue crescendo; que se mantenham programas sociais focados na população mais pobre; e, sobretudo, que o Estado amplie a oferta de educação de mais qualidade e as pessoas permaneçam na escola...”*.

## Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros

***Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.***

***Meta: Igualar a escolaridade entre negros e não negros (100%).***

Objetivando reduzir a desigualdade de escolarização entre os grupos de cor ou raça, a Meta 8 estabeleceu que a *escolaridade média de negros e não negros* fosse igualada até o final da vigência do Plano.

O indicador 8D expressa, em percentual, a razão entre a escolaridade média da *população negra (pretos e pardos)* e a média dos anos de estudo da *população não negra (branca e amarela)*. Quanto mais próximo de 100% for o resultado do cálculo, menor é a desigualdade entre *negros e não negros* no que se refere à *média de anos de estudo*.

Antes de tratarmos especificamente do Indicador 8D, optou-se por incluir, adicionalmente, no presente relatório, dados referentes à evolução e diferenças na escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos por cor ou raça no período 2016 a 2019.

No Estado de São Paulo, de acordo com os dados publicados pelo IBGE na Pnad Contínua, a escolaridade média/anos de estudo da população jovem de 18 a 29 anos, de origem afrodescendente (*pretos e pardos*) era de 11,7 anos de estudo, enquanto que aqueles que se declararam de cor *branca* tinham superado os 12,0 anos previstos na Meta, alcançando uma escolaridade de 12,4 anos, portanto no comparativo cor/raça um diferencial de 0,7 ano a menos para os jovens que se autodeclararam de cor preta ou parda.

De acordo com a mesma pesquisa amostral no País, a *escolaridade média de pretos e pardos* apresentou uma variação positiva de 0,4 ano, tomando por base o ano de 2019 em relação a 2016, sendo que o *número médio de anos de estudo* que era de 10,6 em

2016 alcançou 11,0 anos em 2019, portanto 1,0 ano distante da Meta de 12,0 anos prevista no PNE para 2024.

Conforme mostra a Tabela 10, que trata da *média de anos de estudo* da população jovem que se autodeclarou afrodescendente, nenhuma unidade da federação conseguiu atingir antecipadamente esse valor.

Considerando as médias calculadas para o ano de 2019, o Distrito Federal, com 11,8 anos de estudo, registrou a maior média, seguido de perto por São Paulo com 11,7 anos, Roraima com 11,6 e Goiás com 11,5 anos de estudo.

No segundo grupo incluem-se o Amapá com 11,3 anos e outros cinco estados: Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, todos com a mesma média: 11,2 anos em 2019.

Quatro estados integram o rol do terceiro grupo: Ceará, Espírito Santo e Paraná, todos com uma escolaridade média estimada em 11,1 anos de estudo, seguido do Amazonas com exatamente 11,0 anos.

O quarto agrupamento, mais heterogêneo, reuniu Acre e Piauí com 10,9 anos; Pernambuco e Santa Catarina com 10,8 anos, e outros três estados com diferencial de 0,1 ano entre eles: Mato Grosso do Sul com 10,7 anos, Maranhão com 10,6 anos e Rio Grande do Sul com 10,5 anos

No quinto e último agrupamento da classificação constaram cinco estados da região Nordeste e um da região Norte (Pará), todos com uma média de escolaridade em 2019, inferior a 10,5 anos de estudo, conforme segue: Bahia, Pará e Paraíba com 10,4 anos, Rio Grande do Norte e Sergipe com 10,3 anos e Alagoas com 10,2 anos.

Cabe destacar que o comparativo da *média de anos de estudo* dos jovens afrodescendentes do ano de 2019, em relação às médias por eles obtidas em 2018, aponta que nesse biênio houve recuo em seis unidades da federação: Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, a comparação da *média de anos de estudo* entre 2019 e 2016, resultou na variação em pontos percentuais que, indiretamente, é uma referência para se

avaliar em que medida houve preocupação no sentido de promover uma maior *equalização da escolaridade entre negros e não negros*.

Examinando a evolução das médias de anos de estudo dos jovens afrodescendentes e a respectiva variação em anos de estudo, foi possível discernir diferenças importantes em relação aos resultados observados nas 27 unidades da federação.

Constatou-se que Rondônia foi o estado que conseguiu o maior avanço: 1,0 ano no período analisado. No Ceará e em Alagoas essa variação foi 0,7 ano e outros seis estados: Pernambuco, Roraima, Tocantins, Amazonas, Piauí e Maranhão registraram uma variação de 0,6 ano.

São Paulo e Paraná tiveram comportamento similar, ambos com uma variação de 0,5 ano de estudo no período.

Goiás, Amapá, Acre, Santa Catarina, Pará, e Mato Grosso apresentaram uma variação homogênea de 0,4 ano. De igual forma Distrito Federal e os estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram uma variação idêntica: 0,3 ano e Mato Grosso do Sul com 0,2 ano na média de estudo.

Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Bahia evoluíram somente 0,1 ano na média entre 2016 e 2019, e o Rio Grande do Norte regrediu de 10,4 anos de estudo em 2016 para 10,3 anos, ou seja, uma redução de 0,1 ano (Tabela 10).

**Tabela 10: Brasil, Regiões e Unidades da Federação  
Média de anos de estudo por cor ou raça – Preta e Parda  
2016-2019**

(Em ordem decrescente da média em 2019)

Abrangência	Anos de Estudo: Preta e Parda				Varição
	2016	2017	2018	2019	2019/2016
Brasil	10,6	10,8	10,9	11,0	0,4
Norte	10,3	10,5	10,6	10,7	0,4
Nordeste	10,2	10,4	10,5	10,6	0,4
Sudeste	11,0	11,2	11,3	11,4	0,4
Sul	10,5	10,6	10,7	10,9	0,4
Centro-Oeste	11,0	11,3	11,5	11,4	0,4
1 Distrito Federal	11,5	11,9	12,2	11,8	0,3
2 São Paulo	11,2	11,5	11,5	11,7	0,5
3 Roraima	11,0	11,4	11,5	11,6	0,6
4 Goiás	11,1	11,4	11,6	11,5	0,4
5 Amapá	10,9	11,2	11,3	11,3	0,4
6 Mato Grosso	10,8	10,9	11,2	11,2	0,4
7 Minas Gerais	10,9	11,0	11,1	11,2	0,3
8 Rio de Janeiro	10,9	11,0	11,3	11,2	0,3
9 Rondônia	10,2	10,7	10,8	11,2	1,0
10 Tocantins	10,6	11,2	11,1	11,2	0,6
11 Ceará	10,4	10,6	10,9	11,1	0,7
12 Espírito Santo	11,0	11,1	11,2	11,1	0,1
13 Paraná	10,6	10,8	10,8	11,1	0,5
14 Amazonas	10,4	10,6	10,8	11,0	0,6
15 Acre	10,5	10,6	10,8	10,9	0,4
16 Piauí	10,3	10,5	10,7	10,9	0,6
17 Pernambuco	10,2	10,4	10,7	10,8	0,6
18 Santa Catarina	10,4	10,7	11,0	10,8	0,4
19 Mato G. do Sul	10,5	10,7	10,7	10,7	0,2
20 Maranhão	10,0	10,3	10,5	10,6	0,6
21 Rio G. do Sul	10,4	10,2	10,4	10,5	0,1
22 Bahia	10,3	10,2	10,4	10,4	0,1
23 Pará	10,0	10,2	10,3	10,4	0,4
24 Paraíba	10,1	10,4	10,3	10,4	0,3
25 Rio G. do Norte	10,4	10,5	10,6	10,3	-0,1
26 Sergipe	10,2	10,4	10,2	10,3	0,1
27 Alagoas	9,5	9,8	10,1	10,2	0,7

Fonte: IBGE – Pnad Continua: Educação 2018 e Banco SIDRA (2019).

A Tabela 11 apresenta a evolução da *média de anos de estudo* da população jovem que se autodeclarou de cor ou raça branca entre 2016 e 2019. Para o Brasil, a publicação da Pnad Continua apontou que o indicador *escolaridade média* permaneceu estável em 12 anos de estudo no quadriênio 2016 a 2019, mas quando se considerou exclusivamente os jovens de 18 a 29 anos, autodeclarados de *cor ou raça branca*,

constatou-se que neste universo o país já alcançou os 12 anos de estudos propostos no PNE.

**Tabela 11: Brasil**  
**Média de anos de estudo por cor ou raça**  
**2016-2019**

Cor ou raça	2016	2017	2018	2019
Total	11,2	11,3	11,4	11,4
Branca	12,0	12,1	12,2	12,0
Preta e Parda	10,6	10,8	10,9	11,0

Fonte: IBGE – Pnad Contínua: Educação 2018 (2016-2018) e Banco Sidra (2019).

A partir da *média de anos de estudo* registrada em 2019, optou-se por uma classificação dessa média em ordem decrescente como estratégia para melhor entender os desafios e complementar o exercício de análise, uma vez que o detalhamento do indicador por unidade da federação entre jovens de *cor ou raça branca* retrata desigualdades que merecem atenção.

O exame destas médias ordenadas evidenciou não somente as diversidades quanto aos resultados observados nas 27 unidades da federação, como possibilitou a identificação de dois blocos distintos: aqueles 11 estados que conseguiram alcançar antecipadamente a meta de 12 anos de estudo, daqueles 16 estados cujas médias oscilaram entre 11,9 e 10,7 anos.

Incluem-se no cenário positivo o Distrito Federal e outras 10 unidades da federação que alcançaram essa meta antecipadamente. Distrito Federal com uma média de 12,5 anos e o Estado de São Paulo com 12,4 anos de estudo foram os dois primeiros colocados, apesar de terem apresentado um recuo 0,6 e 0,2 anos em relação à média do ano anterior (2018) e um decréscimo menor: menos 0,1 ano quando se considerou o período mais amplo: 2019 em relação ao ano de 2016.

Três estados chegaram a uma *média de escolaridade* de 12,3 anos de estudo: Amapá, Mato Grosso e Roraima, contudo a variação nessa média entre 2016 e 2019, que indiretamente sinaliza o esforço, foi heterogênea, variando de 0,4 ano no Amapá, 0,1 ano no Mato Grosso e 0,7 ano em Roraima.

Goiás e Rio de Janeiro, respectivamente, 6º e 7º classificados com 12,2 anos de estudo, tiveram uma variação diminuta de 0,1 ano. Na 8ª e 9ª posição, Paraná e Santa Catarina chegaram a 12,1 anos com um diferencial de 0,2 ano, tendo inclusive descensos na média (Tabela 12).

O Acre alcançou 12,0 anos de estudo em 2019, porém com um desempenho inicial modesto: 0,1 ano por ano até 2018 inclusive, avançando 0,4 ano em 2019, e o Espírito Santo foi classificado na 11ª posição, registrando exatamente 12,0 anos de estudo em 2019 e uma variação negativa de 0,1 ano. Em 2016, o estado registrava uma escolaridade média de 12,1 anos, depois 12,4 na média do ano seguinte e 12,3 anos em 2018, caracterizando tendência de queda no número médio de anos de estudo.

Em dezesseis estados a escolaridade média dos jovens que se autodeclararam brancos em 2019, ficou abaixo dos 12 anos de estudo previstos no PNE para 2024. No momento, considerando o prazo para o atingimento da meta, pode ser prematuro externar preocupação em relação ao seu alcance. Entretanto, é importante observar que a referência, ora em análise, são os dados relativos à *média de anos de estudo* dos jovens declarados de cor branca que, geralmente, possuem uma escolaridade média maior. Assim, esse resultado interfere no *indicador 8A*, tendo reflexos na média geral de anos de estudo, que desconsidera a variável cor ou raça.

Dos estados incluídos na classificação da média e que não atingiram a meta, Minas Gerais ocupa a 1ª posição com 11,9 anos de estudo em 2019, no entanto, chama atenção que tenha registrado a menor média no período – 2016 a 2019, resultando na variação negativa de 0,3 ano.

Com exceção da Bahia, classificada na 13ª posição e que manteve, em 2019, a mesma média de 11,1 anos de estudo de 2016, todos os demais registram variações positivas no período. Entre eles o Amazonas é destaque, pois apresentou a maior variação, 0,7 ano, chegando a alcançar os 12,0 anos em 2018, mas retrocedeu para 11,8 anos de estudo em 2019.

A comparação das médias apontou essa propensão de queda em outros estados: Mato Grosso do Sul tinha alcançado a média em 2017 e 2018 e recuou para 11,8 anos em 2019. Embora não tivessem alcançado os 12 anos de estudo, tanto o Ceará como o

Rio Grande do Sul, que vinham tendo uma trajetória ascendente até 2018 inclusive, decaíram em 2019, indicando no período variações de 0,4 ano e 0,1 ano, respectivamente.

Piauí teve uma variação positiva de 0,3 ano, aumentando a escolaridade de 11,5 anos em 2016 para 11,8 anos em 2019 e o Maranhão foi o outro estado que apresentou uma trajetória satisfatória, ampliou a média de 10,8 anos em 2016 para 11,6 anos em 2019, o correspondente a 0,8 ano – a maior variação entre todas as 27 unidades da federação.

Em Pernambuco a escolaridade média permaneceu em 11,4 anos de estudo no biênio 2016/2017, evoluindo para 11,8 anos em 2018 e indicando a probabilidade de uma curva ascendente que não se confirmou devido à redução para 11,6 anos em 2019.

Em Rondônia, o aumento da escolaridade média se manteve constante: 11,0 anos de estudo em 2016 para 11,6 anos em 2019, um diferencial de 0,6 ano no período.

Entre 2016 e 2019, o Rio Grande do Norte registrou uma variação de 0,1 ano, após a média de 11,4 anos em 2016, permanecendo no mesmo patamar nos três anos subsequentes: média de 11,5 anos de estudo.

Na Paraíba, o que chama a atenção é a própria estabilidade dos valores nas médias da escolaridade: 11,1 e 11,0 anos no biênio 2016/2017 e 11,4 anos de estudo no biênio seguinte, resultando em um acréscimo de 0,3 ano.

Já o Tocantins configura mais um caso de recuo na escolaridade média em 2019, depois de ter acumulado uma evolução positiva: 11,4 anos em 2016, no ano seguinte 11,8 anos e ter atingido uma escolaridade de 12,4 anos em 2018 recuou para 11,5 anos em 2019.

O Pará registrou oscilações pouco relevantes, passando de uma escolaridade média de 11,0 anos em 2016 para 11,2 anos em 2017 e 2018, decaindo para 11,1 em 2019.

Em Alagoas observou-se uma oscilação irregular: em 2016 e 2017 as médias registradas foram respectivamente, 10,7 e 10,6 anos de estudo. Em 2018 essa média evoluiu para 11,4 anos, mas não se sustentou, recuando para 10,8 anos em 2019.

Sergipe, que tinha registrado oscilação positiva no primeiro biênio e ampliado a média de 10,6 para 11,3 anos de estudo, retrocedeu nos dois anos seguintes e a *escolaridade média* decaiu para 10,9 em 2018 e 10,7 anos em 2019.

Por fim, vale observar que o comparativo de 2019 em relação ao ano anterior apontou descenso na média brasileira, em todas as cinco regiões e em dezesseis estados. Somente sete, das 27 unidades da federação, registraram em 2019 média de anos de estudo superior às observadas em 2018 e outros quatro tiveram uma média idêntica nos dois últimos anos (Tabela 12).

A dificuldade em avançar na escolaridade média estava presente antes da pandemia. Com certeza os desdobramentos da grave crise sanitária devem comprometer ainda mais o desempenho e a possibilidade de um efetivo progresso e aumento na escolaridade.

**Tabela 12: Brasil, Regiões e Unidades da Federação  
População de 18 a 29 anos: Média de anos de estudo por cor ou raça - Branca  
2016-2019**

(em ordem decrescente da média em 2019)

Abrangência	Cor ou Raça: Branca				Varição	
	2016	2017	2018	2019	2019/2016	
Brasil	12,0	12,1	12,2	12,0	0,0	
Sudeste	12,4	12,4	12,5	12,3	-0,1	
Centro-Oeste	12,1	12,2	12,4	12,2	0,1	
Sul	11,8	11,9	12,1	12,0	0,2	
Norte	11,2	11,5	11,6	11,5	0,3	
Nordeste	11,2	11,2	11,5	11,4	0,2	
<b>alcançaram a Meta</b>						
1	Distrito Federal	12,6	13,0	13,1	12,5	-0,1
2	São Paulo	12,5	12,5	12,6	12,4	-0,1
3	Amapá	11,9	11,4	11,7	12,3	0,4
4	Mato Grosso	12,2	12,1	12,2	12,3	0,1
5	Roraima	11,6	12,3	12,3	12,3	0,7
6	Goiás	12,1	12,1	12,2	12,2	0,1
7	Rio de Janeiro	12,1	12,4	12,5	12,2	0,1
8	Paraná	11,9	11,9	12,2	12,1	0,2
9	Santa Catarina	11,9	12,1	12,3	12,1	0,2
10	Acre	11,4	11,5	11,6	12,0	0,6
11	Espirito Santo	12,1	12,4	12,3	12,0	-0,1
<b>ainda não alcançaram a Meta</b>						
1	Minas Gerais	12,2	12,1	12,3	11,9	-0,3
2	Amazonas	11,1	11,9	12,0	11,8	0,7
3	Mato Grosso do Sul	11,7	12,0	12,1	11,8	0,1
4	Piauí	11,5	11,3	11,6	11,8	0,3
5	Rio Grande do Sul	11,7	11,8	11,9	11,8	0,1
6	Ceará	11,2	11,5	11,8	11,6	0,4
7	Maranhão	10,8	11,0	11,2	11,6	0,8
8	Pernambuco	11,4	11,4	11,8	11,6	0,2
9	Rondônia	11,0	11,2	11,4	11,6	0,6
10	Rio Grande do Norte	11,4	11,5	11,5	11,5	0,1
11	Tocantins	11,4	11,8	12,4	11,5	0,1
12	Paraíba	11,1	11,0	11,4	11,4	0,3
13	Bahia	11,1	11,1	10,9	11,1	0,0
14	Pará	11,0	11,2	11,2	11,1	0,1
15	Alagoas	10,7	10,6	11,4	10,8	0,1
16	Sergipe	10,6	11,3	10,9	10,7	0,1

Fonte: IBGE – Pnad Contínua: Educação 2018 (2016-2018) e Banco Sidra (2019).

O intuito de apresentar o indicador *média de anos estudo* associado à variável cor ou raça é explicitar as diferenças, as desigualdades e as barreiras que necessariamente deverão ser vencidas, para que, além do discurso formal, seja viável igualar a *escolaridade entre negros* (pretos e pardos) e *não-negros* (brancos e amarelos).

De acordo com os dados do IBGE, a população negra está em desvantagem quanto ao acesso à educação e é majoritária em relação aos índices de pobreza. A situação adversa decorre da própria condição histórica vivenciada pela população negra, marcada pela escravidão, desvalorização da mão-de-obra, dificuldade de acesso às condições básicas de moradia, saúde, educação, segurança, dentre outros.

Confirma também o que pode ser facilmente percebido – a população negra no Brasil é mais vulnerável e permanece em situação de desigualdade em relação aos brancos. Isso faz com que as práticas de racismo, discriminação e preconceito em relação à cor/raça, sejam reproduzidos na sociedade, disseminando uma cultura de violação aos direitos humanos e à sua dignidade.

Para reduzir a desigualdade existente são necessárias ações afirmativas e políticas públicas de inclusão, além da efetiva aplicação das leis que tratam sobre o combate ao racismo no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 deixa explícito que ... *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”*, reafirmando o princípio da igualdade presente nas Cartas anteriores.

A Lei 7.716/1989 definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e na Lei nº 12.288/2010 que instituiu o Estatuto de Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos.

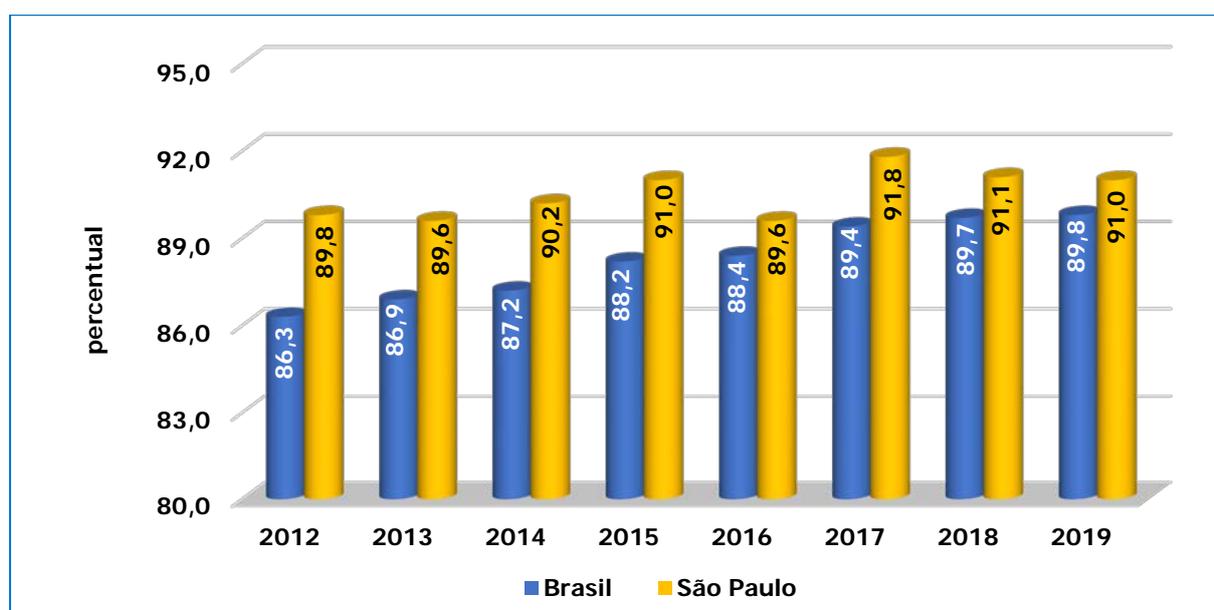
O Estatuto de 2010 reafirmou o dever do poder público de adotar programas de ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade e de educação, ressaltando o direito à educação como fundamental.

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária, necessariamente, perpassa por maior compreensão da necessidade urgente de combater o racismo e adoção de estratégias mais eficazes. De caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros na sociedade brasileira é inquestionável e persiste com a fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento.

Para entender a dinâmica da desigualdade racial, é preciso verificar em que medida as ações afirmativas desencadeadas estão efetivamente reduzindo as distâncias e ampliando as possibilidades de igualdade entre brancos e negros em relação à educação.

Na média do País, o monitoramento do Indicador 8D mostrou melhoria modesta na *razão percentual entre negros e não negros*, apontando uma ampliação de 86,3% em 2012 para 89,8% em 2019, uma variação de 3,5 pontos percentuais (pp), ainda distante da situação igualdade entre os grupos (Gráfico 7).

**Gráfico 7: Brasil e Estado de São Paulo**  
**População de 18 a 29 anos**  
**Razão entre a escolaridade média de negros e não negros**  
**2012-2019**



Fonte: Inep: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE – 2020.

Em 2019, a diferença em relação à *média de anos de estudo* ficou em 1,0 ano, sendo que os autodeclarados brancos alcançaram antecipadamente os 12,0 anos propostos na Meta. Já entre os afrodescendentes negros (pardos e pretos) essa média ficou em 11,0 anos de estudo.

Há muita incerteza quanto à probabilidade de sucesso em alcançar essa meta, pois caso seja mantido o ritmo de crescimento observado no período analisado, talvez não seja possível atingir o valor almejado no prazo estabelecido.

No caso do Estado de São Paulo, essa variação foi ainda mais moderada, apenas 1,2 pp e a razão percentual entre *negros e não negros* que era de 89,8% em 2012 chegou a 91,0% em 2019, distante dos 100% previstos na Meta. Quando se examina a evolução dos dados no período analisado, percebe-se nitidamente o comportamento instável deste *Indicador*, com oscilações frequentes observadas ano após ano – pequenos avanços seguidos de recuos – ficando evidente que são remotas as chances de sucesso em relação ao cumprimento da Meta no prazo estipulado.

Para que fosse factível o seu alcance, seria necessário que a *razão percentual entre negros e não negros* tivesse um incremento de 9,0 pp nos próximos quatro (4) ou cinco (5) anos. Entre 2012 e 2019, esse indicador apresentou uma evolução inconstante e uma pequena variação: 1,2 pp no período (Anexo IV). Para reduzir a distância entre *negros e não negros*, será necessária a adoção de medidas e ações afirmativas mais robustas, que permitam vencer a médio prazo obstáculos associados à cor ou raça – o racismo estrutural.

Considerando a tendência desenhada no período de 2012 a 2019 e, em razão da complexidade e condições adversas do momento, efeitos da pandemia e agravamento da crise socioeconômica, é pouco provável que aconteçam mudanças com impacto para reduzir as diferenças entre *negros e não negros* em curto e médio prazos. Assim como realizado com os demais, o Indicador 8D também foi desagregado com a finalidade de mostrar as situações diferenciadas entre as Unidades da Federação.

Ressalta-se que, quanto mais próximo de 100% for o resultado do cálculo menor é a desigualdade entre *negros e não negros*, no que se refere à *média de anos de estudo*, foram utilizados os resultados de 2019 como referencial para contextualizar diferenças entre as unidades federadas.

Os estados que apresentaram os maiores valores para o indicador foram Rondônia e Ceará, respectivamente, 96,1% e 95,2%. Também ocupa posição de destaque Sergipe com 94,7%. Em tese, considerando que o *indicador razão percentual da escolaridade média de negros e não negros* observada nos três estados, é provável que eles tenham maior chance de aproximação aos 100% do atingimento da Meta: em Rondônia essa distância é de 3,9 pp, no Ceará de 4,8 pp e em Sergipe de 5,3 pp.

O desafio será maior para os 12 estados que, em 2019, registraram no *indicador razão percentual da escolaridade média entre negros e não negros* valores entre 94,2% – o maior registro em Tocantins, distante 5,8 pp da meta e São Paulo, classificado na 12ª posição nesse agrupamento, com 91,0% e a uma distância de 9,0 pp da meta.

A classificação decrescente, pautada no valor desse indicador em 2019, apontou oito estados com valores no intervalo entre 94,2% e 92,1%, dos quais destacamos: Tocantins com 94,2%, Distrito Federal com 92,9%, Bahia com 92,7%, Alagoas e Goiás ambos com 92,6%, Maranhão e Pernambuco empatados com 92,4% e Minas Gerais com 92,1%. Integram o intervalo seguinte – 91,8% a 91,0% quatro estados: Paraíba com 91,8%, Piauí e Roraima com 91,7% e São Paulo com 91,0%.

Em sete unidades da federação a *razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros* oscilou entre 90,9% e 90,1%, sendo que neste agrupamento o Rio de Janeiro apresentou maior valor 90,9%, seguido do Amapá e Espírito Santo, ambos com 90,8%, Rio Grande do Norte com 90,6% e por fim três estados: Acre, Pará e Paraná todos com o mesmo valor no indicador 90,1%.

Nos estados classificados neste grupo, a distância entre a razão percentual e a meta fixada foi crescente: 9,1 pp para o Rio de Janeiro, 9,2 pp para o Amapá e Espírito Santo, 9,4 pp para o Rio Grande do Norte e 9,9 pp para o Acre, Pará e Paraná (Tabela 13).

**Tabela 13: Brasil, Regiões e Unidades da Federação  
Razão entre escolaridade média de negros e não negros  
2012/2019**

(em ordem decrescente do percentual em 2019)

Abrangência	Anos		Variação (pp)	Distância da meta (pp)
	2012	2019		
Brasil	86,3	89,8	3,5	10,2
Nordeste	89,5	92,7	3,2	7,3
Centro Oeste	89,4	91,5	2,1	8,5
Norte	90,6	90,9	0,3	9,1
Sudeste	88,3	90,7	2,4	9,3
Sul	86,2	89,3	3,1	10,7
<b>distância do alcance da Meta inferior a 5,5 pp</b>				
1 Rondônia	94,5	96,1	1,6	3,9
2 Ceará	91,0	95,2	4,2	4,8
3 Sergipe	88,8	94,7	5,9	5,3
<b>distância do alcance da Meta &gt; que 5,5 pp e = ou &lt; que 9,0 pp</b>				
1 Tocantins	90,9	94,2	3,3	5,8
2 Distrito Federal	90,0	92,9	2,9	7,1
3 Bahia	92,6	92,7	0,1	7,3
4 Alagoas	85,8	92,6	6,8	7,4
5 Goiás	89,8	92,6	2,8	7,4
6 Maranhão	90,2	92,4	2,2	7,6
7 Pernambuco	86,1	92,4	6,3	7,6
8 Minas Gerais	88,2	92,1	3,9	7,9
9 Paraíba	88,1	91,8	3,7	8,2
10 Roraima	91,6	91,7	0,1	8,3
11 Piauí	90,8	91,7	0,9	8,3
12 São Paulo	89,8	91,0	1,2	9,0
<b>distância do alcance da Meta &gt; que 9,0 pp</b>				
1 Rio de Janeiro	87,8	90,9	3,1	9,1
2 Amapá	91,9	90,8	-1,1	9,2
3 Espírito Santo	90,1	90,8	0,7	9,2
4 Rio G. do Norte	90,3	90,6	0,3	9,4
5 Acre	90,5	90,1	-0,4	9,9
6 Pará	91,1	90,1	-1,0	9,9
7 Paraná	86,8	90,1	3,3	9,9
8 Mato Grosso	89,6	89,8	0,2	10,2
9 Mato G. do Sul	87,6	89,3	1,7	10,7
10 Amazonas	87,3	89,1	1,8	10,9
11 Rio G. do Sul	86,2	88,6	2,4	11,4
12 Santa Catarina	82,7	87,0	4,3	13,0

Fonte: Inep – Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE: 2020.

Ainda com relação ao indicador, cabe destacar que os menores valores registrados em 2019, abaixo de 90,0%, foram observados nos estados de Mato Grosso (89,8%), Mato

Grosso do Sul (89,3%) Amazonas (89,1%) Rio Grande do Sul (88,6%) e Santa Catarina (87,0%), conforme demonstrado na Tabela 13.

Nessas cinco unidades da federação a expectativa é de possível frustração do alcance da meta, tendo em vista o tamanho do esforço que seria necessário para atingir os 100,0%: Mato Grosso 10,2 pp, Mato Grosso do Sul 10,7 pp, Amazonas 10,9 pp, Rio Grande do Sul 11,4 pp e Santa Catarina 13,0 pp.

Para o cumprimento dessa meta, o Distrito Federal, que teve a razão percentual estimada em 92,9%, necessita avançar 7,1 pp, a Bahia com 92,7% deverá estender em 7,3 pp, Alagoas e Goiás com 92,6% necessitam ampliar 7,4 pp, Pernambuco e Maranhão com 92,4% precisam mais 7,6 pp e Minas Gerais com 92,1% mais 7,9 pp para complementarem 100,0%.

Outros onze estados dificilmente terão condições de avançar em curto prazo os 100% previstos pela Meta: Paraíba com 91,8% necessita expandir 8,2 pp, Piauí e Roraima ambos com 91,7% devem expandir 8,3 pp, São Paulo com 91,0% deve ampliar 9,0 pp, Rio de Janeiro com 90,9% precisa evoluir 9,1 pp, Espírito Santo e Amapá com 90,8% necessitam estender em 9,2 pp, Rio Grande do Norte com 90,6% precisa ampliar 9,4 e Paraná, Acre e Pará 9,9 pp.

Cabe ainda observar algumas condições desfavoráveis que, juntas, tornam pouco factível um cenário mais otimista, pois com a pandemia e o agravamento da crise econômica e dos problemas sociais, é provável que a maioria desses estados tenham grande dificuldade para reduzir essas distâncias e pouco sucesso na redução das desigualdades.

A comparação dos resultados apurados do *Indicador razão da escolaridade média de negros em não negros* em dois momentos – 2012 e 2019, indiretamente sinaliza o desempenho dos estados no sentido de promover maior condição visando à igualdade na escolarização. As diferenças observadas entre *negros e não negros* em relação ao nível de escolaridade refletem essas desigualdades e o indicador (razão percentual) retrata avanços, limites e dificuldades para o atingimento dessa meta.

No primeiro grupo, constam os cinco estados que apresentaram maior variação positiva em pontos percentuais no comparativo considerado 2019/2012: Alagoas alcançou a maior variação 6,8 pp e Pernambuco 6,3 pp, seguida de Sergipe com 5,9 pp, Santa Catarina com 4,3 pp e Ceará com 4,2 pp.

Um segundo grupo de estados apresentou variação positiva entre 3,9 e 3,1 pp nesse período e merecem ser citados: Minas Gerais 3,9 pp, Paraíba 3,7 pp, Tocantins e Paraná 3,3 pp e Rio de Janeiro 3,1 pp.

Compõem o terceiro agrupamento oito estados que tiveram variação positiva no intervalo (abaixo de 3,0 pp e acima de 1,0 pp), sendo incluídos no primeiro subgrupo os quatro estados que apresentaram variação superior a 2,0 pp: Distrito Federal 2,9 pp, Goiás 2,8 pp, Rio Grande do Sul 2,4 pp e Maranhão 2,2 pp.

Complementando o agrupamento quatro estados: Amazonas 1,8 pp, Mato Grosso do Sul 1,7 pp, Rondônia 1,6 pp e São Paulo 1,2 pp, todos com registros de variações no intervalo inferior a 2,0 pp e superior a 1,0 pp.

O último agrupamento é formado pelos nove estados que registraram, em pontos percentuais, as menores variações no comparativo 2019/2012 desse *indicador*. O Piauí, com variação de 0,9 pp no período analisado, foi o estado com maior variação, seguido do Espírito Santo com 0,7 pp, Rio Grande do Norte 0,3 pp, Mato Grosso com 0,2 pp e Bahia e Roraima com 0,1 pp.

Ainda que essa variação na maioria das unidades da federação tenha sido positiva, o comparativo apontou três estados que registraram variações negativas e merecem especial atenção, pois retrocederam em relação à situação observada em 2012: Acre (- 0,4 pp), Pará (-1,0 pp) e Amapá (-1,1 pp): Tabela 13. A série histórica do período de 2012 a 2019 encontra-se no Anexo IV.

No monitoramento da Meta 8, o Inep apresenta no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE uma estimativa por unidade da federação do número de jovens de 18 a 29 anos de idade que ainda não tinham o ensino médio completo, destacando que são os estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais,

Bahia e Pará, que acumulam os maiores registros – em números absolutos, de jovens de 18 a 29 anos sem o ensino médio completo.

Sem dúvida esse quantitativo é uma informação estratégica essencial para dimensionar os desafios que se colocam para a consecução da Meta. De fato, ainda que a escolaridade média da população de 18 a 29 anos seja mais elevada em alguns estados, é importante considerar que há nesses estados um quantitativo, em número absoluto, significativo de pessoas com idade entre 18 e 29 anos sem a educação básica completa.

De fato, as estimativas indicavam para o Estado de São Paulo, em 2019, nessa faixa etária, uma população residente de 8.063.908 pessoas das quais 1.665.460, conforme os dados divulgados pelo Inep, não tinham o ensino médio completo, o equivalente a 20,7%. A população jovem do país sem completar o ensino médio somava 12.280.835 pessoas, aproximadamente, 32,9%.

Assim sendo, em 2019, aproximadamente 17,6% da população brasileira de 18 a 29 anos residia no estado de São Paulo. Considerando o total de jovens que não tinham completado o ensino médio, a proporção de paulistas foi bem menor: 13,6%, correspondendo a 1.665.460 jovens de um total de 12.280.835 no cenário nacional.

Além disso, conforme os dados Censo da Educação Básica de 2019, no estado de São Paulo, 325.630 jovens da faixa etária de 18 a 29 anos estavam frequentando escola: 123.455 matriculados o ensino médio regular e 202.175 na educação de jovens e adultos, portanto com probabilidade de redução no número de jovens sem a conclusão do ensino médio para 1.339.830 pessoas. Dados de população total e do grupo etário de 18 a 29 anos por cor ou raça, segundo Unidades da Federação em 2019 constam nos Anexos V – A e B.

É compreensível a posição do Inep alertando sobre o elevado quantitativo de jovens em plena idade produtiva sem completar a educação básica nos estados mais populosos e, sem dúvida alguma, é desafiador atuar no sentido de vencer essa lacuna e assumir o compromisso de garantir que um maior número conclua a educação básica.

Outro ponto que não pode ser desprezado é que a razão entre negros e não negros é suscetível em relação à proporção da população por cor ou raça. Nas unidades da federação onde há prevalência de pessoas que se declararam pretas ou pardas, a *razão entre negros e não negros* é menos diferenciada.

A análise do indicador 8D por unidade da federação demonstrou que a prevalência da cor e raça negra no conjunto da população interfere na razão entre negros e não negros.

### ***Equalização da escolaridade média entre negros e não negros***

Com o intuito de verificar em que medida a proposta da Meta em equalizar a *escolaridade média entre negros e não negros* encontrou ressonância na política de educação e teve impactos positivos na redução das desigualdades, adotou-se como estratégia a comparação do diferencial da escolaridade média/2019 em relação ao ano de 2012, com base na variação do *número médio de anos de estudo* entre os autodeclarados pardos e pretos em relação aos *não negros* (brancos), o que sinalizou pequenos avanços.

Na média do país o menor diferencial entre 2012-2019 foi registrado entre os não negros: 1,7 anos de estudo, evoluindo de 10,6 para 12,3. Entre os afrodescendentes, os pretos apresentaram maior variação: 2,1 anos, evoluindo de 9,0 para 11,1 anos, enquanto entre os pardos o diferencial foi de 2,0 anos, passando de 9,0 para 11,0 anos.

Interessante observar que, no estado de São Paulo, a variação nesse período foi de 1,7 anos para brancos e pardos e de 1,9 anos para pretos. Entre aqueles que se declararam não negros, a média de anos de estudo no período considerado (2012-2019) evoluiu de 11,1 anos para 12,8 anos. No caso dos pardos, essa média passou de 10,0 anos para 11,7 anos e os pretos alcançaram melhor resultado, partindo da menor média (9,8 anos, em 2012), para 11,7 anos em 2019, igualando-se aos pardos.

O esforço foi com o objetivo de verificar em que medida a Meta proposta tem adesão e respaldo, orientando políticas públicas de resultados para romper com uma dinâmica perversa do racismo estrutural que, por razões socioeconômicas e culturais, delimita e

restringe as oportunidades de equalizar a escolarização para a população negra – cor parda e preta: os afrodescendentes.

**Tabela 14: Brasil, Regiões e Unidades da Federação**  
**Média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos por cor ou raça**  
**2012/2019**

Abrangência	Cor ou Raça						Variação		
	2012			2019			2019/2012		
	Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos
Brasil	10,6	9,0	9,0	12,3	11,0	11,1	1,7	2,0	2,1
Norte	9,7	8,7	8,5	11,9	10,8	10,6	2,2	2,1	2,1
Nordeste	9,7	8,6	8,5	11,6	10,7	10,9	1,9	2,1	2,4
Sudeste	11,0	8,7	9,3	12,7	11,4	11,3	1,7	2,7	2,0
Sul	10,4	8,9	8,9	12,2	10,9	10,9	1,8	2,0	2,0
Centro-Oeste	10,8	9,6	9,1	12,5	11,4	11,7	1,7	1,8	2,6
Acre	9,8	8,7	9,0	12,1	10,9	11,0	2,3	2,2	2,0
Alagoas	9,3	8,0	7,2	11,0	10,2	9,8	1,7	2,2	2,6
Amapá	10,6	9,6	9,6	12,5	11,3	11,4	1,9	1,7	1,8
Amazonas	10,3	8,9	8,6	12,4	11,0	11,0	2,1	2,1	2,4
Bahia	9,3	8,6	8,9	11,4	10,4	10,9	2,1	1,8	2,0
Ceará	9,9	9,0	7,9	11,7	11,1	10,8	1,8	2,1	2,9
Distrito Federal	11,6	10,3	9,9	13,1	12,3	12,0	1,5	2,0	2,1
Espírito Santo	10,6	9,5	9,1	12,4	11,3	11,2	1,8	1,8	2,1
Goiás	10,8	9,7	8,9	12,4	11,4	11,8	1,6	1,7	2,9
Maranhão	9,3	8,4	7,7	11,6	10,6	10,8	2,3	2,2	3,1
Mato Grosso	10,6	9,5	8,9	12,7	11,3	11,4	2,1	1,8	2,5
Mato Grosso do Sul	10,2	8,8	9,1	12,1	10,8	10,9	1,9	2,0	1,8
Minas Gerais	10,6	9,2	9,0	12,2	11,3	11,1	1,6	2,1	2,1
Pará	9,1	8,3	8,0	11,4	10,3	10,2	2,3	2,0	2,2
Paraíba	9,6	8,4	8,5	11,4	10,4	10,8	1,8	2,0	2,3
Paraná	10,7	9,1	9,2	12,3	11,1	11,2	1,6	2,0	2,0
Pernambuco	10,0	8,6	7,9	11,8	10,8	11,2	1,8	2,2	3,3
Piauí	9,7	8,7	8,6	11,9	10,9	11,1	2,2	2,2	2,5
Rio de Janeiro	11,0	9,7	9,1	12,5	11,6	11,1	1,5	1,9	2,0
Rio Grande do Norte	9,5	8,5	8,6	11,7	10,6	10,7	2,2	2,1	2,1
Rio Grande do Sul	10,2	8,6	8,9	12,0	10,7	10,7	1,8	2,1	1,8
Rondônia	9,6	9,0	8,8	11,7	11,2	10,6	2,1	2,2	1,8
Roraima	11,3	10,2	10,2	12,7	11,7	11,2	1,4	1,5	1,0
Santa Catarina	10,7	8,7	8,7	12,4	10,8	10,7	1,7	2,1	2,0
São Paulo	11,1	10,0	9,8	12,8	11,7	11,7	1,7	1,7	1,9
Sergipe	9,8	8,6	8,7	10,9	10,3	10,2	1,1	1,7	1,5
Tocantins	10,2	9,2	9,0	12,0	11,3	10,8	1,8	2,1	1,8

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos pela Educação.

## ***Dados comparativos 2019/2012 - Variação de anos estudos da população branca***

Elegeram-se a variação média de anos estudos (no período de 2019 em relação ao ano de 2012) como um indicativo/componente que pode dar respostas a respeito do comportamento dessa evolução observado para cada um dos grupos: brancos, pardos e pretos, com a distinção das variações na escolaridade média levando em conta a condição da variável cor.

A comparação da variação na média de anos de estudo entre 2019/2012 oferece um cenário descritivo interessante, possibilitando discernir situações opostas – crescimento, sem alteração ou descenso na variação média de anos de estudo por unidade da federação, com base no registro das diferenças obtidas segundo a variável cor ou raça.

O comparativo dos dados da média de escolaridade com o detalhamento por cor e raça publicado no Anuário elaborado pelo “Todos Pela Educação” com base nos dados da Pnad contínua – 2012 e 2019, reconfirmam o que já era previsível: a manutenção de uma maior escolaridade entre os jovens que se autodeclararam de cor branca.

Pará, Acre e Maranhão foram os estados que registraram a maior variação na média de anos de estudos: 2,3 anos, seguida de perto pelo Piauí e o Rio Grande do Norte, ambos com diferencial de 2,2 anos. Também se destacaram com diferencial superior a 2,0 anos de estudo: Amazonas, Bahia, Mato Grosso e Rondônia, pontuando a mesma variação, correspondente a uma evolução positiva de 2,1 anos no período.

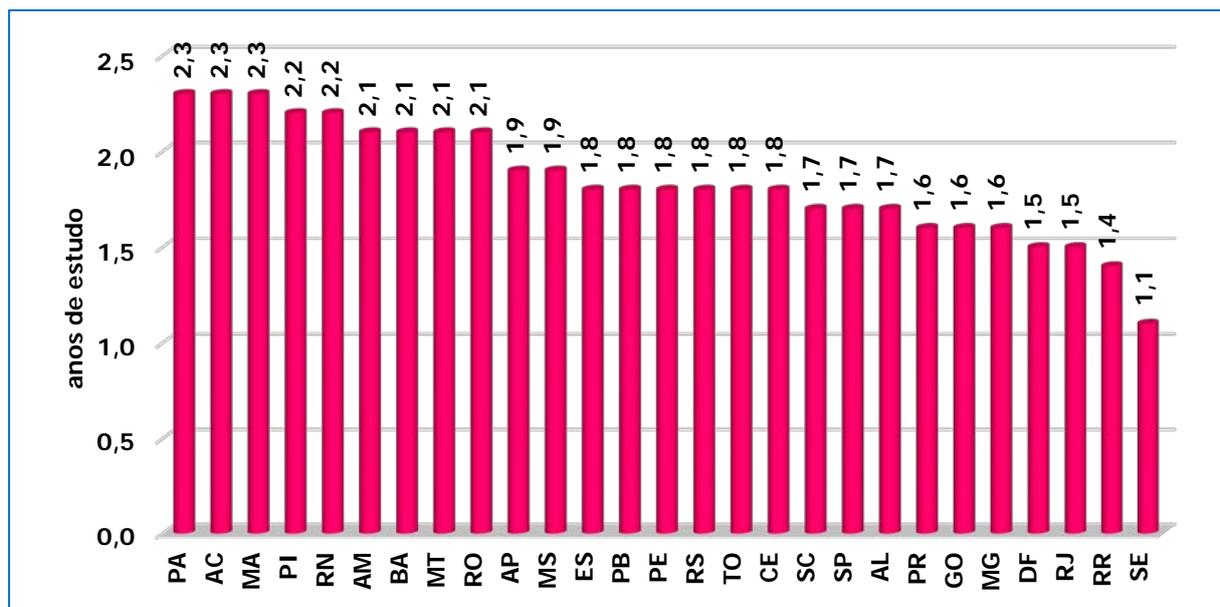
Nas demais unidades da federação, que totalizam 18, o crescimento da média de anos de estudo nesse período foi inferior a 2,0 anos: Amapá e Mato Grosso do Sul essa diferença foi de 1,9 anos; Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Tocantins e Ceará tiveram desempenho semelhante, registrando uma variação de 1,8 anos de estudo.

O grupo seguinte composto pelos estados de Santa Catarina, São Paulo e Alagoas a variação foi menor: um aumento de 1,7 anos. Paraná, Goiás e Minas Gerais apresentam similaridade: os três com variação positiva de 1,6 anos de estudo,

seguidos de perto pelo Distrito Federal e Rio de Janeiro, ambos com um acréscimo de 1,5 anos.

Os dois estados que registraram a menor variação na média foram Roraima com 1,4 anos e Sergipe com 1,1 anos (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Unidades da Federação**  
**Pessoas de 18 a 29 anos da cor *branca*: variação na média de anos de estudo 2019/2012**



Fonte: IBGE – Pnad Contínua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro de Educação 2020”.

Sem dúvida, é muito pouco provável que um problema tão enraizado no contexto socioeducacional – o desnível na escolaridade média motivado por preconceito e outras dificuldades relacionadas à cor ou raça, possam ter alguma mudança significativa com vistas à equalização em curto espaço de tempo – 7 anos.

A escolaridade média dos jovens que se declaram de cor ou raça branca permaneceu superior ao *número médio de anos de estudo* registrados na população afrodescendente – pardos e preto, contudo há evidências, ainda que tímidas, de crescimento na média de anos de estudo de jovens afrodescendentes, tanto entre os pardos como entre os negros.

Para melhor entender o fluxo dessas diferenças/variações recorrentes nesse período de vigência do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais, em um momento de buscas de ações que, pelo menos em tese, criassem condições favoráveis para a

promoção de ações encadeadas e articuladas, buscando igualar a escolaridade entre *negros e não negros*.

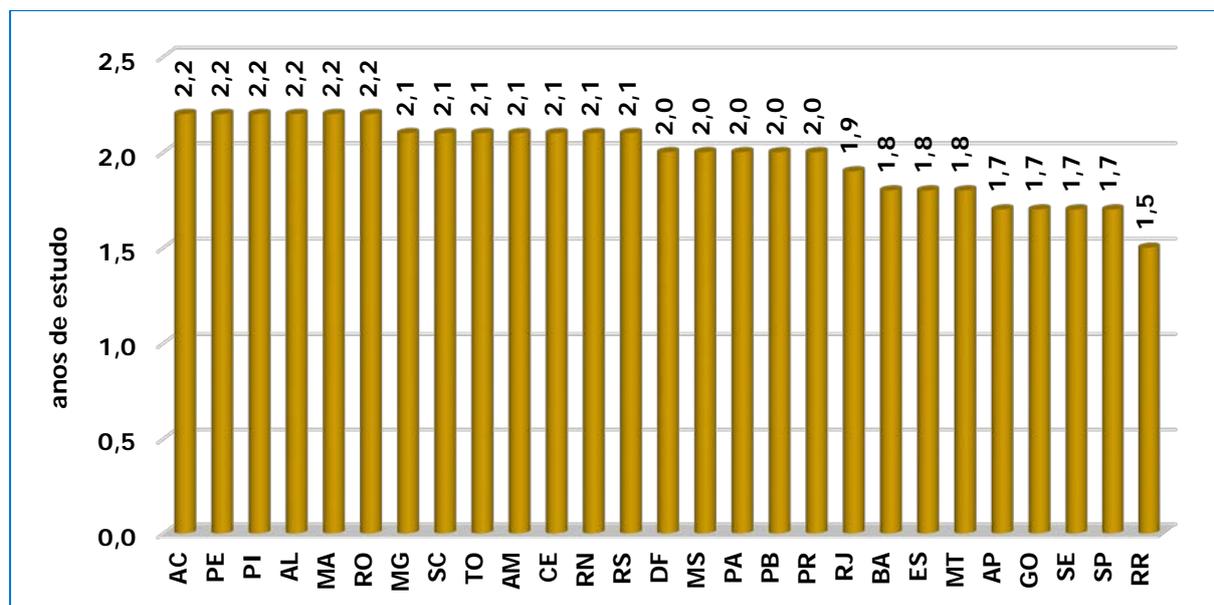
Entendeu-se, como pertinente, delinear um cenário situacional em relação a essa Meta, distinguindo três situações: unidades da federação que conseguiram avançar, reduzindo distâncias, merecem destaque e diferem dos estados que não apresentaram avanços – o chamado grupo sem alterações e aqueles que no comparativo tiveram um desempenho negativo, reforçando e agravando as desigualdades.

Como demonstrado a variação da Média de anos de estudo quando calculada circunscrita ao segmento de jovens brancos, nos dois momentos: 2019 e 2012, comprova uma situação mais equilibrada e de avanços. Por outro lado, quando essa mesma variação foi utilizada especificamente em relação aos afrodescendentes os resultados são menos satisfatórios.

Com relação à variação da *média de anos de estudo* calculada para os jovens *pardos*, constatou-se que em 18 das 27 unidades da federação, esse valor foi superior a 2,0 anos de estudo, alcançando 2,2 anos no Acre, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Maranhão e Rondônia. Outras sete unidades registraram uma variação de 2,1 anos de estudo nesse mesmo período: Minas Gerais, Santa Catarina, Tocantins, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul. Fechando esse bloco, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba e Paraná essa variação alcançou 2,0 anos de estudo.

Cabe mencionar que foram registradas variações inferiores a 2,0 anos de estudos em 9 estados, sendo 1,9 anos no Rio de Janeiro; 1,8 anos na Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso; 1,7 anos no Amapá, Goiás, Sergipe e São Paulo e 1,5 anos em Roraima (Gráfico 9).

**Gráfico 9: Unidades da Federação**  
**Pessoas de 18 a 29 anos da cor *parda*: variação na média de anos de estudo**  
**2019/2012**



Fonte: IBGE – Pnad Continua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro de Educação 2020”.

Vale observar que os maiores avanços em relação à variação na média de anos de estudo no período estudado aconteceram entre aqueles que se declararam de cor preta.

Por exemplo, em Pernambuco e no Maranhão as diferenças foram de 3,3 e 3,1 anos de estudo respectivamente, alcançando um patamar muito acima daqueles observados nos dois grupos anteriores. Também se destacaram: Ceará e Goiás, ambos com um diferencial de 2,9 anos, Alagoas com 2,6 anos, Mato Grosso e Piauí com 2,5 anos, Amazonas com 2,4 anos, Paraíba com 2,3 e Pará com 2,2 anos de estudo.

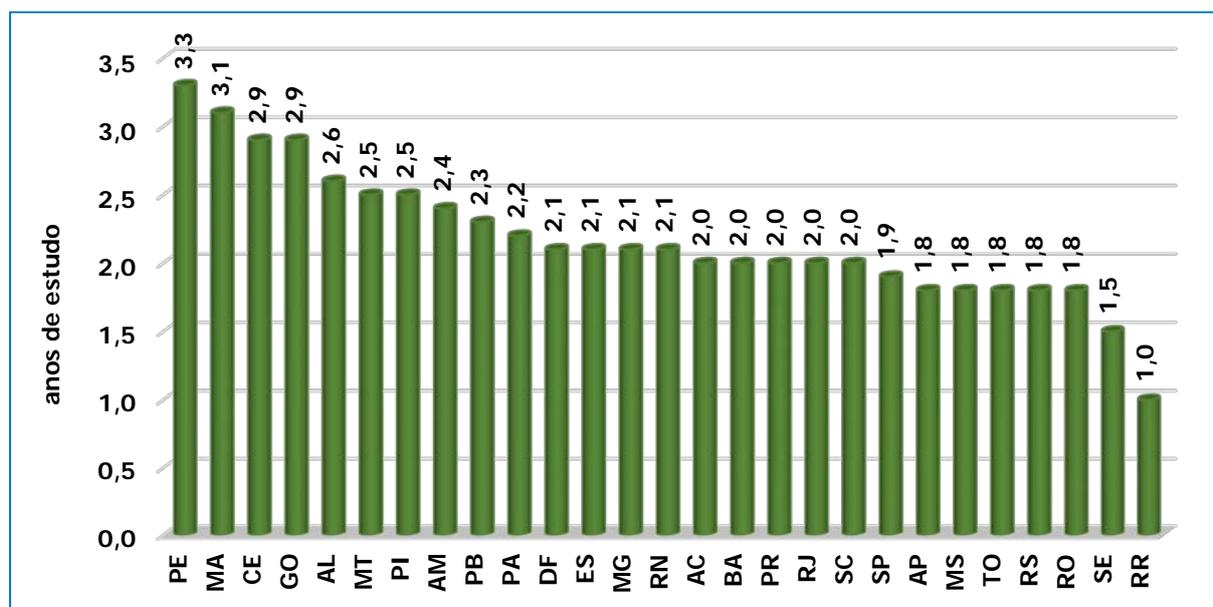
Registraram evolução idêntica: Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, todos com um acréscimo da ordem de 2,1 anos no período. Observou-se diferencial positivo de 2,0 anos de estudo em cinco (5) unidades da federação: Acre, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Em São Paulo esse acréscimo diferencial foi da ordem de 1,9 anos de estudo no período. Contudo, vale observar que a média de anos de estudos dos jovens paulistas que se declararam pretos já era mais elevada, 9,8 anos em 2012 e 11,7 anos em 2019, sendo que o estado foi classificado na 3ª posição em relação aos demais estados.

Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Sul e Rondônia tiveram um crescimento idêntico: 1,8 anos em relação ao diferencial anos de estudo. Por fim cabe destacar que as menores variações, respectivamente, 1,5 e 1,0 anos foram registradas nos estados de Sergipe e Roraima.

É compreensível que Roraima tenha registrado uma variação modesta, uma vez que o estado tinha alcançado, em 2012, a mais elevada média entre as 27 unidades da federação para jovens negros: 10,2 anos, passando para 11,2 anos em 2019. Já com relação à Sergipe o crescimento observado foi tímido, um diferencial de 1,5 anos de estudo que resultou no declínio de sua classificação, decaindo da 18ª posição em 2012 para a 26ª em 2019 (Gráfico 10).

**Gráfico 10: Unidades da Federação**  
**Pessoas de 18 a 29 anos da cor preta: variação na média de anos de estudo**  
**2019/2012**



Fonte: IBGE – Pnad Continua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro de Educação 2020”.

Considerando que o objetivo dessa meta é *igualar a escolaridade entre negros e não negros (100%)*, entendeu-se como importante complementar esse recorte de informações – *variação da média de anos estudo*, comparando-se a evolução dessa variação para cada um dos grupos afrodescendentes com aquela obtida pelos jovens autodeclarados de cor branca. Estabelecida a diferença entre essa média dos *pardos* e *pretos* em relação aos *brancos* no período, objeto da análise – 2012 e 2019, foi possível observar condições diferenciadas entre as unidades da federação.

Esse simples exercício evidenciou que houve um aumento da distância em relação à diferença na média de anos de estudos entre *pardos* e *brancos* em sete estados, resultando em variação negativa para os *pardos*, portanto, a variação permaneceu no mesmo *status quo* em relação à condição de uma escolaridade média mais favorável para os autodeclarados *brancos*.

Pará, Bahia, Mato Grosso (menos 0,3) Amapá (menos 0,2), Maranhão e Rio Grande do Norte e Acre (menos 0,1) são os estados que não conseguiram reduzir as diferenças (Tabela 15).

**Tabela 15: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pardos* em relação aos *brancos* 2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pardos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Acre	-1,1	-1,2	-0,1
Bahia	-0,7	-1,0	-0,3
Maranhão	-0,9	-1,0	-0,1
Rio Grande do Norte	-1,0	-1,1	-0,1
Amapá	-1,0	-1,2	-0,2
Pará	-0,8	-1,1	-0,3
Mato Grosso	-1,1	-1,4	-0,3

Fonte: IBGE – Pnad Continua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

Por outro lado, outras quatro unidades da federação não registraram nenhuma alteração entre 2012 e 2019, mantendo a mesma variação na *média de anos de estudo* entre os dois grupos (Tabela 16).

**Tabela 16: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pardos* em relação aos *brancos* 2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pardos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Piauí	-1,0	-1,0	0,0
São Paulo	-1,1	-1,1	0,0
Espírito Santo	-1,1	-1,1	0,0
Amazonas	-1,4	-1,4	0,0

Fonte: IBGE – Pnad Continua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

É animador observar que em 16 unidades da federação essa correlação foi positiva, revelando uma redução das distâncias entre *pardos* e *brancos* na comparação efetuada, levando-se em conta os resultados obtidos no período conforme registrado na Tabela 17.

**Tabela 17: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pardos* em relação aos *brancos* 2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pardos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Goiás	-1,1	-1,0	0,1
Paraíba	-1,2	-1,0	0,2
Pernambuco	-1,4	-1,0	0,4
Sergipe	-1,2	-0,6	0,6
Ceará	-0,9	-0,6	0,3
Distrito Federal	-1,3	-0,8	0,5
Minas Gerais	-1,4	-0,9	0,5
Rondônia	-0,6	-0,5	0,1
Paraná	-1,6	-1,2	0,4
Alagoas	-1,3	-0,8	0,5
Mato Grosso do Sul	-1,4	-1,3	0,1
Tocantins	-1,0	-0,7	0,3
Rio Grande do Sul	-1,6	-1,3	0,3
Rio de Janeiro	-1,3	-0,9	0,4
Roraima	-1,1	-1,0	0,1
Santa Catarina	-2,0	-1,6	0,4

Fonte: IBGE – Pnad Contínua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

O objeto da comparabilidade foi no sentido de verificar em que medida há movimento de corrigir essa dinâmica perversa, marcada pelo racismo estrutural, que tem restringido, por razões socioeconômicas e culturais, as oportunidades de equalizar a escolarização para a população negra (cor parda e preta: os afrodescendentes).

A variação da *média de anos de estudo de pretos e brancos* no período de 2012 e 2019 apontou que em oito (8) estados houve um aumento desse diferencial, indicando que a distância entre essa média calculada para os *pretos em relação aos brancos* ficou maior, condição que preocupa, uma vez que a Meta é no sentido de maior equalização.

**Tabela 18: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pretos* em relação aos *brancos* 2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pretos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Acre	-0,8	-1,1	-0,3
Bahia	-0,4	-0,5	-0,1
Rio Grande do Norte	-0,9	-1,0	-0,1
Amapá	-1,0	-1,1	-0,1
Rondônia	-0,8	-1,1	-0,3
Mato Grosso do Sul	-1,1	-1,2	-0,1
Pará	-1,1	-1,2	-0,1
Roraima	-1,1	-1,5	-0,4

Fonte: IBGE – Pnad Contínua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

Dois estados não registraram nenhuma alteração, mantendo a mesma distância com relação à diferença na variação da média obtida pelos jovens pretos e brancos (tabela 19).

**Tabela 19: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pretos* em relação aos *brancos* 2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pretos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Tocantins	-1,2	-1,2	0,0
Rio Grande do Sul	-1,3	-1,3	0,0

Fonte: IBGE – Pnad Contínua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

Por fim, em 17 unidades da federação houve diminuição na distância entre pretos e brancos, dando sinais de uma possível mudança positiva nos próximos anos, desde que sejam mantidos incentivos com vistas à equalização.

**Tabela 20: Unidades da Federação**  
**Diferença entre a média de anos de estudo dos *pretos* em relação aos *brancos***  
**2012/2019**

Unidades da Federação	Diferença em anos de estudo entre Pretos e Brancos		Variação 2019/2012
	2012	2019	
Goiás	-1,9	-0,6	1,3
Paraíba	-1,1	-0,6	0,5
Pernambuco	-2,1	-0,6	1,5
Sergipe	-1,1	-0,7	0,4
Maranhão	-1,6	-0,8	0,8
Piauí	-1,1	-0,8	0,3
Ceará	-2,0	-0,9	1,1
Distrito Federal	-1,7	-1,1	0,6
Minas Gerais	-1,6	-1,1	0,5
Paraná	-1,5	-1,1	0,4
São Paulo	-1,3	-1,1	0,2
Alagoas	-2,1	-1,2	0,9
Espírito Santo	-1,5	-1,2	0,3
Mato Grosso	-1,7	-1,3	0,4
Amazonas	-1,7	-1,4	0,3
Rio de Janeiro	-1,9	-1,4	0,5
Santa Catarina	-2,0	-1,7	0,3

Fonte: IBGE – Pnad Contínua in Todos Pela Educação: “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020”.

Quando se comparou os resultados da *média de anos de estudo* em 2019 nos dois grupos de afrodescendentes – *pretos versus pardos*, não se constatou nenhuma diferença entre eles em três unidades da federação: Amazonas, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em relação ao ano de 2012 representa um avanço no sentido de uma maior igualdade , pois os *negros* do Amazonas e São Paulo tinham *média de anos de estudo* um pouco menor que a estimada para os *pardos*, respectivamente, menos 0,3 e menos 0,2 anos, sendo que apenas no Rio Grande do Sul a média registrada para os *negros* era superior à estimada para os *pardos* (Tabela 14).

De outra parte, os que se autodeclararam de *cor preta* levam desvantagem em relação à *média de anos de estudo* alcançada pelos *pardos* em 2019 em 12 unidades da federação: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Os negros alcançaram, em 2019, *média* superior à registrada para os pardos em treze (13) estados: Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

No estado de São Paulo tiveram o mesmo desempenho: 11,7 anos e permanecem em situação de desvantagem em Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins (Tabela 14).

## **Principais Conclusões**

Os indicadores apresentados no relatório da Meta 8 não apenas confirmam o diagnóstico de que o Brasil é um país muito desigual, como evidenciam que os pequenos avanços observados nos últimos anos foram insuficientes para que a educação assegure a todos uma oferta mais equânime e de qualidade, capaz de superar as diferenças sociais e dar reais oportunidades de sucesso no processo de escolarização aos estudantes mais vulneráveis.

É evidente a relevância do objeto da Meta 8 – os 12 anos de escolaridade média corresponde à educação básica obrigatória e pressupõe uma terminalidade “ideal” por volta dos 17 anos de idade.

Assim, pelo menos em tese, dada a obrigatoriedade da educação básica, a população jovem de 18 a 29 anos idade deveria ter vencido as adversidades e concluído a escolarização obrigatória de 12 anos de estudo.

Por isso é fundamental entender como mitigar os efeitos da baixa mobilidade na educação e buscar alternativas, visando à superação das diferenças sociais e de cunho econômico, bem como do racismo estruturante que incide na população negra e parda, perpetuando uma estrutura desigual quanto às oportunidades para os afrodescendentes.

De caráter estrutural e sistêmico, a desigualdade entre brancos e negros é inquestionável e persiste, dada a fragilidade de políticas públicas implementadas e que

tiveram pouco resultado no delineamento de estratégias eficazes para o enfrentamento dessas desigualdades.

O sucesso na educação depende de um alinhamento consequente no combate à desigualdade que é o elemento chave para qualquer mudança e construção de um novo paradigma de uma educação indutora de uma sociedade igualitária.

Os indicadores de monitoramento da Meta 8 devem ser entendidos como referencial base para readequação de *metas* e *objetivos* na construção do próximo Plano Nacional de Educação.

Todos os indicadores da Meta 8 – A, B, C e D, delineados com a finalidade de medir e monitorar a progressão da *escolaridade média da população de 18 a 29 anos* sinalizaram que a evolução das taxas de crescimento aconteceram de forma lenta e abaixo das expectativas do que seria desejável, independentemente do nível de agregação: média do país e/ou unidades da federação.

Nos diferentes recortes contemplados na abordagem dessa meta, os indicadores expõem limites quanto ao desempenho em relação ao dado agregado da *escolaridade média da população jovem – 18 a 29 anos*, quanto ao *número médio de anos de estudo dos residentes no campo*, retratando diferenças do meio rural e urbano; contrastes na *média de anos de estudo dos jovens pertencentes aos 25% mais pobres* e dos 25% mais ricos e, também em relação ao *percentual da razão entre a escolaridade dos negros e não negros*.

Em 2019, o dado agregado – Indicador A – relativo à *média agregada de anos de estudo* apontou uma escolaridade de 11,6 anos na média brasileira e de 12,3 anos de estudo no estado de São Paulo. No mesmo ano, a *população paulista desta faixa de idade residente no campo* teve uma média de escolaridade de 11,1 anos de estudo, ao passo que entre os residentes em área urbana essa média alcançou 12,3 anos. Para o país, os dados estimados da *escolaridade média* foram de 10,0 anos no meio rural e de 11,8 anos no meio urbano.

No caso da desagregação por renda, a *escolaridade média da população paulista de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres*, em 2019, foi de 11,0 anos

de estudo, isto é, 1,0 ano de diferença em relação ao objetivo de 12 anos traçado para 2024. De outra parte, nesse mesmo ano, a média registrada no segmento dos jovens de 18 a 29 anos – os pertencentes aos 25% mais ricos, foi de 13,6 anos de estudo, ou seja, 1,6 ano superior ao previsto como meta a ser atingida em 2024.

Em relação às desigualdades de raça/cor, os dados apontaram que, no Brasil, a *razão entre a escolaridade de negros e não negros* era de 89,8%, em 2019, ou seja, 10,2 pp distante de uma situação de igualdade. No mesmo ano, no estado de São Paulo, essa razão foi de 91,0%, portanto ainda distante dos 100,0% pretendidos para alcançar no prazo fixado.



# ANEXOS



## ANEXO I

### Indicador 8A

#### Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo

2004-2014

(em ordem decrescente da média de 2014)

Abrangência	Anos										Variação 2014/2004
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	
Brasil	8,3	8,5	8,8	9,0	9,2	9,4	9,5	9,7	9,8	9,9	1,6
Sudeste	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9	10,1	10,2	10,3	10,4	10,5	1,3
Sul	9,0	9,2	9,4	9,5	9,8	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3	1,3
Centro-Oeste	8,5	8,8	9,1	9,2	9,5	9,7	9,9	10,1	10,2	10,2	1,7
Norte	7,4	7,7	7,9	8,1	8,3	8,5	8,6	8,9	9,1	9,3	1,9
Nordeste	7,0	7,2	7,5	7,8	8,0	8,3	8,6	8,8	9,0	9,1	2,1
1 Distrito Federal	9,4	9,8	10,0	10,1	10,4	10,6	10,7	10,9	11,1	11,0	1,6
2 São Paulo	9,7	9,8	10,1	10,2	10,3	10,5	10,6	10,7	10,7	10,8	1,1
3 Santa Catarina	9,0	9,5	9,5	9,5	10,0	10,1	10,3	10,3	10,4	10,5	1,5
4 Rio de Janeiro	9,2	9,3	9,5	9,6	9,9	9,9	9,9	10,1	10,2	10,3	1,1
5 Paraná	9,0	9,3	9,5	9,6	9,8	9,9	10,0	10,2	10,2	10,3	1,3
6 Amapá	8,5	9,0	9,5	9,2	9,5	9,3	9,7	9,6	9,8	10,2	1,7
7 Roraima	8,2	8,5	8,8	9,2	9,6	9,7	10,2	10,4	10,0	10,1	1,9
8 Espírito Santo	8,7	8,8	9,0	9,2	9,1	9,5	9,7	10,0	9,9	10,1	1,4
9 Rio Grande do Sul	9,0	9,0	9,3	9,5	9,7	9,7	9,8	9,9	10,0	10,1	1,1
10 Goiás	8,3	8,7	9,0	9,1	9,4	9,5	9,8	10,0	10,3	10,1	1,8
11 Minas Gerais	8,4	8,7	8,9	9,1	9,2	9,5	9,5	9,8	9,9	10,0	1,6
12 Mato Grosso	8,3	8,5	8,6	8,5	9,2	9,4	9,8	9,8	9,9	10,0	1,7
13 Tocantins	7,9	8,3	8,2	8,6	9,2	9,5	9,4	9,5	9,7	9,9	2,0
14 Mato Grosso do Sul	8,3	8,4	8,7	9,0	9,2	9,3	9,6	9,9	9,7	9,8	1,5
15 Rondônia	7,6	7,6	7,8	8,5	8,4	8,9	9,1	9,1	9,2	9,6	2,0
16 Amazonas	8,0	8,4	8,4	8,7	8,5	8,9	8,7	9,0	9,3	9,6	1,6
17 Ceará	7,3	7,7	8,0	8,3	8,5	8,7	9,0	9,2	9,3	9,4	2,1
18 Pernambuco	7,2	7,4	7,5	7,7	8,0	8,3	8,5	8,8	9,1	9,2	2,0
19 Bahia	7,0	7,3	7,6	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9	9,2	2,2
20 Rio Grande do Norte	7,2	7,6	7,9	7,9	8,3	8,2	9,0	9,2	9,4	9,1	1,9
21 Acre	6,7	7,2	7,4	8,0	8,1	8,3	8,5	8,9	8,7	9,0	2,3
22 Maranhão	6,9	6,9	7,1	7,6	7,8	8,1	8,3	8,4	8,7	9,0	2,1
23 Piauí	6,5	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9	9,0	2,5
24 Pará	6,8	7,1	7,4	7,6	7,9	8,0	8,2	8,4	8,8	8,8	2,0
25 Paraíba	6,4	6,8	7,0	7,3	7,8	7,9	8,4	8,8	9,1	8,8	2,4
26 Sergipe	7,0	7,1	7,5	8,0	8,5	8,4	8,7	8,8	8,9	8,8	1,8
27 Alagoas	5,8	6,1	6,5	7,0	7,0	7,6	8,1	8,3	8,3	8,4	2,6

Fonte: Inep – Relatório do 2º Ciclo da Monitoramento das Metas do PNE 2018.  
(Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad/IBGE).

## ANEXO II – A

### Indicador 8B

#### A – Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo

#### residentes no campo

2012-2019

(ordem decrescente da média de 2019)

Abrangência	Anos								Variação 2019/2012
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Brasil	8,6	8,8	9,0	9,3	9,4	9,6	9,8	10,0	1,4
Sul	10,0	10,1	10,3	10,5	10,6	10,7	10,8	11,1	1,1
Sudeste	9,4	9,5	9,8	10,0	10,2	10,4	10,4	10,6	1,2
Centro Oeste	9,3	9,5	9,9	10,0	10,0	10,1	10,4	10,6	1,3
Nordeste	8,1	8,4	8,6	8,8	9,0	9,2	9,4	9,6	1,5
Norte	7,9	8,0	8,2	8,6	8,7	9,1	8,2	9,3	1,4
1 Distrito Federal	10,4	10,3	9,5	10,5	9,6	9,7	10,7	11,5	1,1
2 Santa Catarina	10,2	10,5	10,6	10,9	10,9	11,1	11,2	11,5	1,3
3 São Paulo	10,3	10,5	10,6	10,7	11,1	11,1	10,9	11,1	0,8
4 Rio Grande do Sul	10,1	10,0	10,0	10,5	10,6	10,8	10,8	11,0	0,9
5 Paraná	9,9	9,9	10,2	10,2	10,5	10,4	10,6	10,9	1,0
6 Mato Grosso	9,2	9,4	10,1	10,3	10,6	10,3	10,0	10,8	1,6
7 Espírito Santo	9,0	9,2	9,5	9,7	10,0	10,4	10,6	10,6	1,6
8 Goiás	9,3	9,6	9,9	10,0	9,9	10,1	10,7	10,4	1,1
9 Ceará	8,7	8,9	9,3	9,5	9,5	9,9	10,2	10,4	1,7
10 Minas Gerais	8,8	9,0	9,3	9,5	9,7	9,9	10,2	10,3	1,5
11 Rio de Janeiro	9,7	9,4	9,8	9,8	9,7	9,8	10,0	10,2	0,5
12 Roraima	9,9	9,4	9,9	10,0	8,9	10,1	10,0	10,2	0,3
13 Rondônia	8,8	8,7	8,6	9,1	9,5	9,9	10,1	10,2	1,4
14 Tocantins	8,6	8,1	8,7	9,6	9,6	10,2	9,9	9,8	1,2
15 Maranhão	8,0	8,4	8,7	8,9	9,0	9,4	9,5	9,8	1,8
16 Piauí	7,9	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,4	9,6	1,7
17 Rio Grande do Norte	8,6	8,6	8,7	8,8	9,7	9,6	9,5	9,5	0,9
18 Paraíba	7,9	7,9	8,5	8,7	8,8	9,2	9,4	9,5	1,6
19 Bahia	8,1	8,6	8,5	8,8	9,0	8,9	9,1	9,5	1,4
20 Mato Grosso do Sul	9,0	8,9	9,5	9,2	9,5	9,9	10,1	9,4	0,4
21 Pernambuco	8,0	8,2	8,5	8,6	8,7	9,3	9,5	9,4	1,4
22 Pará	7,8	7,9	8,3	8,7	8,7	9,1	9,1	9,2	1,4
23 Acre	7,7	7,6	7,6	7,8	8,4	8,8	8,7	9,1	1,4
24 Sergipe	7,8	7,9	7,8	8,5	8,7	8,9	8,5	9,1	1,3
25 Alagoas	7,5	8,0	8,2	8,3	8,1	8,7	9,1	9,1	1,6
26 Amazonas	7,1	7,4	7,3	7,9	8,0	8,5	9,0	9,0	1,9

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE -2020.

Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

## ANEXO II – B

### Indicador 8B

#### B – Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo por condição de residência 2012/2019

(ordem decrescente da média rural em 2019)

Abrangência	2012		2019		Variação 2019/2012	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	10,1	7,7	11,8	10,0	1,7	2,3
Sul	10,3	9,0	11,9	11,1	1,6	2,1
Sudeste	10,4	8,4	12,1	10,6	1,7	2,2
Centro-Oeste	10,1	8,4	12,0	10,6	1,9	2,2
Nordeste	9,3	7,2	11,3	9,7	2,0	2,5
Norte	9,3	6,9	11,3	9,3	2,0	2,4
1 Distrito Federal	10,9	9,5	12,7	11,6	1,8	2,1
2 Santa Catarina	10,6	9,2	12,1	11,6	1,5	2,4
3 São Paulo	10,8	9,3	12,3	11,1	1,5	1,8
4 Rio Grande do Sul	10,1	9,1	11,8	11,0	1,7	1,9
5 Paraná	10,4	8,9	12,0	10,9	1,6	2,0
6 Mato Grosso	9,9	8,1	11,9	10,8	2,0	2,7
7 Espírito Santo	10,3	8,0	11,8	10,6	1,5	2,6
8 Goiás	10,1	8,3	11,9	10,4	1,8	2,1
9 Ceará	9,6	7,7	11,4	10,3	1,8	2,6
10 Minas Gerais	10,1	7,8	11,8	10,3	1,7	2,5
11 Rio de Janeiro	10,2	8,7	12,0	10,2	1,8	1,5
12 Rondônia	9,6	7,8	11,6	10,2	2,0	2,4
13 Roraima	10,4	9,0	12,0	10,1	1,6	1,1
14 Maranhão	9,1	7,0	11,2	9,8	2,1	2,8
15 Tocantins	9,7	7,7	11,7	9,8	2,0	2,1
16 Amapá	9,9	7,8	11,8	9,6	1,9	1,8
17 Paraíba	9,2	6,9	11,1	9,6	1,9	2,7
18 Piauí	9,7	6,9	11,8	9,6	2,1	2,7
19 Rio Grande do Norte	9,1	7,7	11,4	9,6	2,3	1,9
20 Bahia	9,3	7,2	11,1	9,5	1,8	2,3
21 Mato Grosso do Sul	9,6	8,0	11,4	9,5	1,8	1,5
22 Pernambuco	9,3	7,0	11,6	9,3	2,3	2,3
23 Alagoas	8,8	6,6	10,8	9,1	2,0	2,5
24 Pará	9,0	6,8	11,0	9,1	2,0	2,3
25 Sergipe	9,5	6,8	10,9	9,1	1,4	2,3
26 Acre	9,6	6,7	11,8	9,0	2,2	2,3
27 Amazonas	9,7	6,2	11,6	9,0	1,9	2,8

Fonte: IBGE/Pnad Continua. Elaboração: Todos Pela Educação.

## ANEXO II – C

### Indicador 8B

#### C – Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em anos de estudo – residentes no campo 2004-2014

(ordem decrescente da média de 2014)

Abrangência	Ano										Variação 2014/2004
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	
Brasil	5,5	5,9	6,2	6,5	6,7	7,0	7,3	7,6	7,8	8,1	2,6
Sul	7,0	7,3	7,6	7,9	8,2	8,3	8,6	8,8	9,1	9,2	2,2
Sudeste	6,7	7,0	7,2	7,4	7,8	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	2,0
Centro-Oeste	6,4	6,9	7,2	7,0	7,6	7,9	7,6	8,1	8,4	8,6	2,2
Nordeste	4,7	5,1	5,4	5,8	6,0	6,3	6,9	7,2	7,4	7,8	3,1
Norte	5,2	5,7	5,9	6,3	6,4	6,6	6,5	6,9	7,3	7,5	2,3
1 São Paulo	8,0	8,3	8,3	8,5	9,0	9,2	9,6	9,3	9,4	9,5	1,5
2 Santa Catarina	7,1	7,5	7,0	7,9	8,3	8,5	9,2	9,0	9,7	9,5	2,4
3 Amapá	6,2	7,0	6,8	7,0	6,7	7,2	7,1	8,0	7,9	9,3	3,1
4 Paraná	7,0	7,2	7,9	7,6	7,9	8,1	8,5	8,9	8,9	9,1	2,1
5 Rio Grande do Sul	7,0	7,3	7,6	8,1	8,4	8,4	8,3	8,6	9,1	9,1	2,1
6 Distrito Federal	7,6	8,1	8,2	8,4	8,9	9,6	8,2	8,9	9,2	9,1	1,5
7 Goiás	6,1	6,8	7,2	6,8	7,3	7,6	7,7	8,2	8,7	8,9	2,8
8 Rio de Janeiro	6,7	6,1	6,8	7,1	8,2	8,1	7,9	8,0	8,0	8,8	2,1
9 Espírito Santo	6,3	6,6	6,7	6,7	6,9	7,6	7,8	8,4	8,3	8,7	2,4
10 Roraima	6,4	7,5	7,0	6,9	8,6	8,0	7,9	8,6	7,9	8,6	2,2
11 Rondônia	6,1	6,0	6,4	6,6	6,7	6,8	7,6	7,8	8,2	8,5	2,4
12 Ceará	5,0	5,6	6,3	6,4	6,5	7,1	7,7	7,8	8,2	8,5	3,5
13 Mato Grosso	6,1	6,6	6,9	6,7	7,5	7,4	7,7	8,2	8,5	8,5	2,4
14 Minas Gerais	5,8	6,2	6,5	6,6	6,8	7,2	7,6	8,0	8,3	8,3	2,5
15 Maranhão	4,3	4,4	5,1	5,6	5,7	5,7	7,0	7,2	7,4	8,2	3,9
16 Mato Grosso do Sul	6,9	7,1	7,5	7,3	7,6	8,1	7,3	7,5	7,3	8,1	1,2
17 Bahia	4,8	5,4	5,5	6,0	6,2	6,4	6,8	7,3	7,3	7,9	3,1
18 Tocantins	5,8	6,7	6,8	7,0	7,4	7,3	7,1	7,4	7,9	7,7	1,9
19 Rio Grande do Norte	5,6	6,1	6,4	6,4	6,6	6,9	7,4	7,7	7,7	7,7	2,1
20 Sergipe	4,8	4,8	4,9	5,7	5,4	6,0	6,4	6,9	7,1	7,6	2,8
21 Piauí	4,5	4,3	4,6	5,1	5,4	5,7	6,9	7,1	7,4	7,5	3,0
22 Amazonas	4,9	6,3	6,0	6,1	5,5	6,8	5,9	6,5	7,1	7,3	2,4
23 Pará	5,1	5,3	5,7	6,2	6,3	6,4	6,4	6,7	7,2	7,3	2,2
24 Paraíba	4,3	4,9	5,2	5,2	6,0	6,2	6,7	7,0	6,9	7,2	2,9
25 Alagoas	3,7	4,1	4,4	5,4	5,3	5,9	6,4	6,8	6,7	7,2	3,5
26 Pernambuco	4,8	5,1	5,2	5,7	5,9	6,4	6,1	6,5	7,2	7,1	2,3
27 Acre	4,0	4,2	4,6	5,2	5,5	6,3	6,0	6,6	6,1	6,5	2,5

Fonte: Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE -2018.

Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad (2004-2014).

## ANEXO III – A

### Indicador 8C

#### A – Brasil, Regiões, Unidades da Federação

#### População de 18 a 29 anos: Escolaridade e Renda

#### Número médio de anos de estudos por estratos de rendimento 2012/2019

Abrangência	Escolaridade e Renda				Diferença entre ricos e pobres	
	25% mais pobres		25% mais ricos		2012	2019
	2012	2019	2012	2019		
Brasil	7,9	10,2	12,2	13,6	4,3	3,4
Norte	7,5	9,9	11,7	13,6	4,2	3,7
Nordeste	7,6	10,1	12,4	14,1	4,8	4,0
Sudeste	8,6	10,8	12,2	13,6	3,6	2,8
Sul	8,3	10,2	11,9	13,3	3,6	3,1
Centro-Oeste	7,9	10,4	12,0	13,8	4,1	3,4
Acre	7,5	10,2	12,7	14,0	5,2	3,8
Alagoas	7,2	9,6	12,2	14,1	5,0	4,5
Amapá	8,5	10,3	12,4	13,8	3,9	3,5
Amazonas	7,8	10,2	12,2	13,8	4,4	3,6
Bahia	7,5	9,9	12,3	13,9	4,8	4,0
Ceará	8,1	10,4	12,3	14,0	4,2	3,6
Distrito Federal	8,5	10,9	12,7	14,1	4,2	3,2
Espírito Santo	8,3	10,3	12,1	13,8	3,8	3,5
Goias	7,8	10,6	12,0	13,8	4,2	3,2
Maranhão	7,4	10,1	12,0	13,9	4,6	3,8
Mato Grosso	7,9	10,3	11,3	13,5	3,4	3,2
Mato Grosso do Sul	7,5	9,7	11,6	13,6	4,1	3,9
Minas Gerais	8,3	10,4	12,0	13,6	3,7	3,2
Pará	7,3	9,7	11,0	13,5	3,7	3,8
Paraíba	7,5	9,9	12,3	14,2	4,8	4,3
Paraná	8,3	10,2	12,1	13,5	3,8	3,3
Pernambuco	7,5	10,2	12,9	14,1	5,4	3,9
Piauí	7,7	10,3	12,7	14,5	5,0	4,2
Rio de Janeiro	8,5	10,7	12,2	13,8	3,7	3,1
Rio Grande do Norte	7,7	9,9	12,2	14,3	4,5	4,4
Rio Grande do Sul	8,4	10,1	11,8	13,1	3,4	3,0
Rondônia	7,8	9,9	11,2	13,4	3,4	3,5
Roraima	9,1	11,1	12,3	13,6	3,2	2,5
Santa Catarina	8,1	10,6	12,0	13,4	3,9	2,8
São Paulo	8,9	11,0	12,3	13,6	3,4	2,6
Sergipe	7,2	9,6	12,9	14,2	5,7	4,6
Tocantins	7,9	10,3	12,2	14,0	4,3	3,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

## ANEXO III – B

### Indicador 8C

#### B – Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### População de 18 a 29 anos: Escolaridade e Renda

#### Número médio de anos de estudos por estratos de rendimento – 25% mais pobres 2012/2019

<i>(em ordem decrescente de 2012)</i>				<i>(em ordem decrescente de 2019)</i>			
Abrangência	25% mais pobres			Abrangência	25% mais pobres		
	2012	2019	Variação		2012	2019	Variação
Brasil	7,9	10,2	2,3	Brasil	7,9	10,2	2,3
Sudeste	8,6	10,8	2,2	Sudeste	8,6	10,8	2,2
Sul	8,3	10,2	1,9	Centro-Oeste	7,9	10,4	2,5
Centro-Oeste	7,9	10,4	2,5	Sul	8,3	10,2	1,9
Nordeste	7,6	10,1	2,5	Nordeste	7,6	10,1	2,5
Norte	7,5	9,9	2,4	Norte	7,5	9,9	2,4
1 Roraima	9,1	11,1	2,0	1 Roraima	9,1	11,1	2,0
2 São Paulo	8,9	11,0	2,1	2 São Paulo	8,9	11,0	2,1
3 Distrito Federal	8,5	10,9	2,4	3 Distrito Federal	8,5	10,9	2,4
4 Rio de Janeiro	8,5	10,7	2,2	4 Rio de Janeiro	8,5	10,7	2,2
5 Amapá	8,5	10,3	1,8	5 Goiás	7,8	10,6	2,8
6 Rio Grande do Sul	8,4	10,1	1,7	6 Santa Catarina	8,1	10,6	2,5
7 Minas Gerais	8,3	10,4	2,1	7 Ceará	8,1	10,4	2,3
8 Espírito Santo	8,3	10,3	2,0	8 Minas Gerais	8,3	10,4	2,1
9 Paraná	8,3	10,2	1,9	9 Piauí	7,7	10,3	2,6
10 Santa Catarina	8,1	10,6	2,5	10 Mato Grosso	7,9	10,3	2,4
11 Ceará	8,1	10,4	2,3	11 Tocantins	7,9	10,3	2,4
12 Mato Grosso	7,9	10,3	2,4	12 Espírito Santo	8,3	10,3	2,0
13 Tocantins	7,9	10,3	2,4	13 Amapá	8,5	10,3	1,8
14 Goiás	7,8	10,6	2,8	14 Pernambuco	7,5	10,2	2,7
15 Amazonas	7,8	10,2	2,4	15 Acre	7,5	10,2	2,7
16 Rondônia	7,8	9,9	2,1	16 Amazonas	7,8	10,2	2,4
17 Piauí	7,7	10,3	2,6	17 Paraná	8,3	10,2	1,9
18 Rio Grande do Norte	7,7	9,9	2,2	18 Maranhão	7,4	10,1	2,7
19 Pernambuco	7,5	10,2	2,7	19 Rio Grande do Sul	8,4	10,1	1,7
20 Acre	7,5	10,2	2,7	20 Bahia	7,5	9,9	2,4
21 Bahia	7,5	9,9	2,4	21 Paraíba	7,5	9,9	2,4
22 Paraíba	7,5	9,9	2,4	22 Rio Grande do Norte	7,7	9,9	2,2
23 Mato Grosso do Sul	7,5	9,7	2,2	23 Rondônia	7,8	9,9	2,1
24 Maranhão	7,4	10,1	2,7	24 Pará	7,3	9,7	2,4
25 Pará	7,3	9,7	2,4	25 Mato Grosso do Sul	7,5	9,7	2,2
26 Alagoas	7,2	9,6	2,4	26 Alagoas	7,2	9,6	2,4
27 Sergipe	7,2	9,6	2,4	27 Sergipe	7,2	9,6	2,4

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

## ANEXO III – B

### Indicador 8C

#### B – Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### População de 18 a 29 anos: Escolaridade e Renda

#### Número médio de anos de estudos por estratos de rendimento – 25% mais ricos 2012/2019

<i>(em ordem decrescente de 2012)</i>				<i>(em ordem decrescente de 2019)</i>			
Abrangência	25% mais ricos			Abrangência	25% mais ricos		
	2012	2019	Variação		2012	2019	Variação
Brasil	12,2	13,6	1,4	Brasil	12,2	13,6	1,4
Nordeste	12,4	14,1	1,7	Nordeste	12,4	14,1	1,7
Sudeste	12,2	13,6	1,4	Centro-Oeste	12,0	13,8	1,8
Centro-Oeste	12,0	13,8	1,8	Norte	11,7	13,6	1,9
Sul	11,9	13,3	1,4	Sudeste	12,2	13,6	1,4
Norte	11,7	13,6	1,9	Sul	11,9	13,3	1,4
1 Sergipe	12,9	14,2	1,3	1 Piauí	12,7	14,5	1,8
2 Pernambuco	12,9	14,1	1,2	2 Rio Grande do Norte	12,2	14,3	2,1
3 Piauí	12,7	14,5	1,8	3 Paraíba	12,3	14,2	1,9
4 Distrito Federal	12,7	14,1	1,4	4 Sergipe	12,9	14,2	1,3
5 Acre	12,7	14,0	1,3	5 Alagoas	12,2	14,1	1,9
6 Amapá	12,4	13,8	1,4	6 Distrito Federal	12,7	14,1	1,4
7 Paraíba	12,3	14,2	1,9	7 Pernambuco	12,9	14,1	1,2
8 Ceará	12,3	14,0	1,7	8 Tocantins	12,2	14,0	1,8
9 Bahia	12,3	13,9	1,6	9 Ceará	12,3	14,0	1,7
10 Roraima	12,3	13,6	1,3	10 Acre	12,7	14,0	1,3
11 São Paulo	12,3	13,6	1,3	11 Maranhão	12,0	13,9	1,9
12 Rio Grande do Norte	12,2	14,3	2,1	12 Bahia	12,3	13,9	1,6
13 Alagoas	12,2	14,1	1,9	13 Goiás	12,0	13,8	1,8
14 Tocantins	12,2	14,0	1,8	14 Espírito Santo	12,1	13,8	1,7
15 Amazonas	12,2	13,8	1,6	15 Amazonas	12,2	13,8	1,6
16 Rio de Janeiro	12,2	13,8	1,6	16 Rio de Janeiro	12,2	13,8	1,6
17 Espírito Santo	12,1	13,8	1,7	17 Amapá	12,4	13,8	1,4
18 Paraná	12,1	13,5	1,4	18 Mato Grosso do Sul	11,6	13,6	2,0
19 Maranhão	12,0	13,9	1,9	19 Minas Gerais	12,0	13,6	1,6
20 Goiás	12,0	13,8	1,8	20 Roraima	12,3	13,6	1,3
21 Minas Gerais	12,0	13,6	1,6	21 São Paulo	12,3	13,6	1,3
22 Santa Catarina	12,0	13,4	1,4	22 Pará	11,0	13,5	2,5
23 Rio Grande do Sul	11,8	13,1	1,3	23 Mato Grosso	11,3	13,5	2,2
24 Mato Grosso do Sul	11,6	13,6	2,0	24 Paraná	12,1	13,5	1,4
25 Mato Grosso	11,3	13,5	2,2	25 Rondônia	11,2	13,4	2,2
26 Rondônia	11,2	13,4	2,2	26 Santa Catarina	12,0	13,4	1,4
27 Pará	11,0	13,5	2,5	27 Rio Grande do Sul	11,8	13,1	1,3

Fonte: IBGE/Pnad Contínua – Elaboração: Todos Pela Educação.

## ANEXO IV

### Indicador 8D

#### Brasil, Regiões e Unidades da Federação

#### Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos 2012-2019

(em ordem decrescente do percentual de 2019)

Região/ UF	Anos								Variação 2019/2012 (pp)
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Brasil	86,3	86,9	87,2	88,2	88,4	89,4	89,7	89,8	3,5
Nordeste	89,5	90,0	89,8	90,0	91,1	92,2	92,1	92,7	3,2
Centro Oeste	89,4	90,0	89,7	90,0	91,0	91,8	93,1	91,5	2,1
Norte	90,6	88,8	90,7	91,3	91,9	91,6	91,8	90,9	0,3
Sudeste	88,3	88,8	89,2	90,0	89,2	90,4	90,5	90,7	2,4
Sul	86,2	87,4	87,0	88,1	89,1	88,7	89,0	89,3	3,1
1 Rondônia	94,5	92,6	89,5	93,1	91,9	95,8	94,7	96,1	1,6
2 Ceará	91,0	90,7	91,3	90,4	92,1	92,6	93,1	95,2	4,2
3 Sergipe	88,8	89,8	90,7	90,8	96,1	91,5	93,5	94,7	5,9
4 Tocantins	90,9	86,2	91,7	90,3	93,1	94,7	89,8	94,2	3,3
5 Distrito Federal	90,0	90,3	92,1	89,0	91,7	91,1	93,4	92,9	2,9
6 Bahia	92,6	92,9	89,0	91,0	92,1	91,8	95,4	92,7	0,1
7 Alagoas	85,8	91,6	88,7	89,5	88,3	92,4	88,9	92,6	6,8
8 Goiás	89,8	91,5	90,5	90,9	91,7	93,8	95,2	92,6	2,8
9 Maranhão	90,2	91,0	92,5	92,4	92,9	94,0	93,3	92,4	2,2
10 Pernambuco	86,1	84,9	88,1	88,1	89,3	91,8	90,9	92,4	6,3
11 Minas Gerais	88,2	90,9	90,3	90,7	89,6	91,4	90,7	92,1	3,9
12 Paraíba	88,1	90,3	90,8	90,3	90,7	94,8	90,9	91,8	3,7
13 Roraima	91,6	93,7	93,2	95,2	95,0	93,3	93,9	91,7	0,1
14 Piauí	90,8	91,3	89,7	90,3	89,1	93,0	92,7	91,7	0,9
15 São Paulo	89,8	89,6	90,2	91,0	89,6	91,8	91,1	91,0	1,2
16 Rio de Janeiro	87,8	88,1	88,8	89,7	89,8	88,9	91,0	90,9	3,1
17 Amapá	91,9	87,1	91,2	94,3	91,9	97,8	95,8	90,8	-1,1
18 Espírito Santo	90,1	91,1	90,7	90,4	90,5	89,6	91,2	90,8	0,7
19 Rio Grande do Norte	90,3	88,0	88,7	86,4	91,6	91,5	91,4	90,6	0,3
20 Acre	90,5	88,7	87,8	92,2	92,0	92,2	92,7	90,1	-0,4
21 Pará	91,1	90,0	93,3	91,6	91,3	90,5	91,7	90,1	-1,0
22 Paraná	86,8	88,0	87,1	88,8	89,2	90,4	89,0	90,1	3,3
23 Mato Grosso	89,6	89,7	88,9	90,2	89,2	89,7	92,2	89,8	0,2
24 Mato Grosso do Sul	87,6	87,4	86,2	86,8	89,1	88,5	88,0	89,3	1,7
25 Amazonas	87,3	86,2	87,5	90,0	93,0	89,6	90,3	89,1	1,8
26 Rio Grande do Sul	86,2	85,4	86,2	86,3	89,0	86,3	87,8	88,6	2,4
27 Santa Catarina	82,7	86,5	85,2	87,5	87,7	88,0	89,9	87,0	4,3

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE -2020.

Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2019).

**ANEXO V – A**

**A – Brasil, Regiões e Unidade da Federação  
População residente por cor ou raça  
2019**

(mil pessoas)

Abrangência	População Total: cor ou raça				
	Total	Branca		Preta ou parda	
		nº	%	nº	%
Brasil	209.276	89.706	42,9	117.411	56,1
Norte	18.079	3.339	18,5	14.477	80,1
Nordeste	56.891	13.843	24,3	42.551	74,8
Centro-Oeste	16.144	5.873	36,4	10.095	62,5
Sudeste	88.261	44.467	50,4	42.829	48,5
Sul	29.900	22.185	74,2	7.458	24,9
1 Pará	8.551	1.468	17,2	6.996	81,8
2 Amapá	835	146	17,5	682	81,7
3 Amazonas	3.975	653	16,4	3.233	81,3
4 Bahia	14.846	2.603	17,5	12.072	81,3
5 Piauí	3.271	603	18,4	2.658	81,3
6 Acre	864	153	17,7	700	81,0
7 Maranhão	7.036	1.302	18,5	5.657	80,4
8 Tocantins	1.558	309	19,8	1.236	79,3
9 Sergipe	2.296	517	22,5	1.764	76,8
10 Alagoas	3.329	804	24,2	2.491	74,8
11 Ceará	9.122	2.465	27,0	6.593	72,3
12 Roraima	532	110	20,7	383	72,0
13 Rondônia	1.764	500	28,3	1.248	70,7
14 Mato Grosso	3.425	1.029	30,0	2.353	68,7
15 Pernambuco	9.493	2.944	31,0	6.456	68,0
16 Paraíba	3.993	1.290	32,3	2.682	67,2
17 Goiás	7.007	2.492	35,6	4.460	63,7
18 Espírito Santo	4.009	1.442	36,0	2.535	63,2
19 Rio Grande do Norte	3.504	1.316	37,6	2.177	62,1
20 Minas Gerais	21.142	8.422	39,8	12.677	60,0
21 Distrito Federal	3.007	1.180	39,2	1.796	59,7
22 Mato Grosso do Sul	2.705	1.172	43,3	1.486	54,9
23 Rio de Janeiro	17.249	7.781	45,1	9.374	54,3
24 São Paulo	45.861	26.822	58,5	18.243	39,8
25 Paraná	11.408	7.352	64,4	3.907	34,2
26 Rio Grande do Sul	11.351	9.035	79,6	2.252	19,8
27 Santa Catarina	7.140	5.798	81,2	1.299	18,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (Banco SIDRA: tabela 7110).

**ANEXO V – B**

**B – Brasil, Regiões e Unidade da Federação  
População residente de 18 a 29 anos por cor ou raça  
2019**

*(ordenado pelo percentual da cor/raça "preta/parda")  
(mil pessoas)*

Abrangência	População por cor ou raça: 18 a 29 anos				
	Total	Branca		Preta ou parda	
		nº	%	nº	%
Brasil	37.356	14.754	39,5	22.247	59,6
Norte	3.663	633	17,3	2.970	81,1
Nordeste	10.411	2.392	23,0	7.928	76,2
Centro-Oeste	2.917	973	33,4	1.916	65,7
Sudeste	12.625	5.795	45,9	6.750	53,5
Sul	5.128	3.623	70,7	1.455	28,4
1 Amazonas	838	126	15,0	696	83,1
2 Amapá	191	32	16,8	158	82,7
3 Pará	1.703	273	16,0	1.407	82,6
4 Bahia	2.615	424	16,2	2.160	82,6
5 Acre	176	29	16,5	144	81,8
6 Piauí	601	110	18,3	488	81,2
7 Maranhão	1.361	248	18,2	1.100	80,8
8 Tocantins	278	51	18,3	224	80,6
9 Sergipe	449	100	22,3	346	77,1
10 Alagoas	594	135	22,7	451	75,9
11 Ceará	1.725	421	24,4	1.289	74,7
12 Roraima	114	22	19,3	83	72,8
13 Rondônia	362	99	27,3	259	71,5
14 Mato Grosso	630	174	27,6	449	71,3
15 Pernambuco	1.729	506	29,3	1.209	69,9
16 Paraíba	710	215	30,3	493	69,4
17 Goiás	1.207	383	31,7	817	67,7
18 Espírito Santo	669	214	32,0	451	67,4
19 Minas Gerais	3.664	1.317	35,9	2.340	63,9
20 Rio Grande do Norte	626	234	37,4	390	62,3
21 Distrito Federal	587	224	38,2	359	61,2
22 Mato Grosso do Sul	493	193	39,1	290	58,8
23 Rio de Janeiro	2.842	1.214	42,7	1.612	56,7
24 São Paulo	8.064	4.385	54,4	3.572	44,3
25 Paraná	1.971	1.190	60,4	760	38,6
26 Rio Grande do Sul	1.914	1.463	76,4	432	22,6
27 Santa Catarina	1.243	970	78,0	264	21,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (Banco SIDRA: tabela 7110).

## **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE**

### **Diretoria de Projetos Especiais – DPE**

Wilson Aparecido Troque

### **Gerência de Gestão Estratégica – GGE**

Maria Isabel Pompei Tafner

### **Departamento de Gestão Analítica de Dados e Indicadores – DGA**

Hélio Amorim de Oliveira

Jesilene Fatima Godoy (Chefe)

Maria Lúcia de Rezende

Maria Tereza Franchon

### **Departamento de Processos, Avaliação e Qualidade – DPAQ**

Alberto Ishikava

Helia Aparecida de Freitas Bitar

Maria Cristina Amoroso Alves Cunha

Maria Goreti Lucinda

Maria Nícia Pestana de Castro (Chefe)

Octavio Ferraz Brochado de Almeida Filho

### **Apoio Administrativo**

Vanderli Domingues

